



Demonstrações Contábeis consolidadas intermediárias BrGaap

31 de Março de 2015

ÍNDICE GERAL

	Página
Demonstrativos Contábeis	02
Notas Explicativas da Administração	08
Relatório dos Auditores Independentes	101

Balanço Patrimonial Consolidado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
CIRCULANTE	509.407.222	514.548.403	442.938.553
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	13.019.618	13.242.976	10.130.628
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	105.677.177	120.600.940	81.847.366
Aplicações no mercado aberto	98.874.242	114.067.123	74.083.186
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.802.997	6.534.954	7.764.645
Provisões para perdas	(62)	(1.137)	(465)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	126.620.892	120.997.389	103.900.945
Carteira própria - livre	68.902.250	76.144.829	68.896.023
Vinculados a compromissos de recompra	46.932.574	41.152.003	33.158.093
Instrumentos financeiros derivativos	2.839.525	905.638	127.105
Vinculados ao Banco Central	1.073		
Vinculados a prestação de garantias	7.945.470	2.794.919	1.719.724
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	98.747.528	93.879.294	93.512.451
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.216.316	83.229	1.753.133
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	96.653.846	93.345.132	90.834.852
Correspondentes	877.366	450.933	924.466
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	74.781	561.884	86.116
Recursos em trânsito de terceiros	247	192	328
Transferências internas de recursos	74.534	561.692	85.788
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	132.534.387	129.249.192	112.104.448
Setor público	4.601.399	4.518.988	4.199.638
Setor privado	142.238.649	138.256.038	117.885.522
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	725.285	748.074	567.820
Provisão para operações de créditos	(15.030.946)	(14.273.908)	(10.548.532)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	31.004.533	34.458.544	40.171.275
Créditos por avais e fianças honradas	32.033	29.185	28.631
Carteira de câmbio	3.352.107	2.506.525	853.587
Rendas a receber	3.437.641	2.971.952	2.419.318
Negociação e intermediação de valores	1.126	2.766	9.007
Créditos específicos	760.186	765.593	749.092
Diversos	23.734.539	28.440.582	36.384.046
Provisão para outros créditos	(313.099)	(258.059)	(272.406)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	1.728.306	1.558.184	1.185.324
Outros valores e bens	1.706.270	1.602.632	1.106.604
Provisões para perdas	(93.048)	(90.591)	(30.425)
Despesas antecipadas	115.084	46.143	109.145
NÃO CIRCULANTE	569.020.569	550.135.001	467.115.578
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	47.544.320	46.995.168	47.446.323
Carteira própria - livre	7.537.864	8.062.680	7.495.874
Vinculados a compromissos de recompra	39.997.504	36.289.543	37.462.027
Vinculados ao Banco Central		1.046	968
Vinculados a prestação de garantias	8.952	2.641.899	2.487.454
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	25.860.010	25.145.776	21.116.609
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	25.860.010	25.145.776	21.116.609
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	456.590.854	441.339.273	375.358.587
Setor público	44.831.973	43.451.441	35.373.903
Setor privado	420.358.291	405.528.944	349.987.879
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	4.428.316	4.605.327	3.490.077
Provisão para operações de créditos	(13.027.726)	(12.246.439)	(13.493.272)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	27.823.068	25.565.848	13.901.962
Diversos	27.847.923	25.594.041	13.941.795
Provisão para outros créditos	(24.855)	(28.193)	(39.833)
PERMANENTE	11.202.317	11.088.936	9.292.097
INVESTIMENTOS (Nota 11)	4.292.067	4.188.450	3.476.256
Participações em coligadas e controladas:	3.983.097	3.878.686	3.091.572
- No país	3.982.486	3.878.067	3.090.987
- No exterior	611	619	585
Outros investimentos	511.553	499.753	465.057
Provisão para perdas	(202.583)	(189.989)	(80.373)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	3.777.820	3.754.040	3.264.709
Imóveis de uso	1.312.394	1.258.361	839.234
Reavaliações de imóveis de uso	731.593	739.998	743.271
Outras imobilizações de uso	6.846.655	6.709.767	6.025.470
Depreciações acumuladas	(5.112.822)	(4.954.086)	(4.343.266)
INTANGÍVEL (Nota 13)	3.132.430	3.146.446	2.551.132
Ativos intangíveis	4.348.259	4.262.780	3.749.843
Amortizações acumuladas	(1.215.829)	(1.116.334)	(1.198.711)
T O T A L	1.078.427.791	1.064.683.404	910.054.131

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanço Patrimonial Consolidado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
CIRCULANTE	617.251.025	621.007.710	552.026.848
DEPÓSITOS (Nota 14)	341.589.258	341.467.033	315.499.208
Depósitos à vista	25.813.088	27.013.964	24.311.405
Depósitos de poupança	233.150.487	236.836.068	214.614.189
Depósitos interfinanceiros	1.882.403	3.223.817	3.054.054
Depósitos a prazo	70.064.952	65.916.798	63.160.215
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.678.328	8.476.386	10.359.345
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	154.629.570	165.935.128	134.170.834
Carteira própria	77.847.271	69.854.249	65.972.505
Carteira de terceiros	76.782.299	96.080.879	68.198.329
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	55.489.891	45.743.859	41.040.803
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	55.238.450	45.743.859	41.040.803
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	251.441		
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.825.655	335.101	2.664.526
Recebimentos e pagamentos a liquidar	1.815.828	319.759	2.649.214
Correspondentes	9.827	15.342	15.312
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	830.686	1.533.644	1.075.632
Recursos em trânsito de terceiros	773.846	1.501.545	480.673
Transferências internas de recursos	56.840	32.099	594.959
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	7.386.817	4.918.919	634.192
Empréstimos no exterior	7.386.817	4.918.919	634.192
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	1.586.508	2.090.507	2.303.679
TESOURO NACIONAL - PIS	333.744	195.885	558.913
BNDES	734.083	334.821	811.898
FGTS	516.565	1.486.099	930.601
Outras	2.116	73.702	2.267
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	46.069	53.718	165.944
Instrumentos financeiros derivativos	46.069	53.718	165.944
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	53.866.571	58.929.801	54.472.030
Cobrança e arrecadações de tributos e semelhantes	1.370.928	342.884	1.535.433
Carteira de câmbio	305.389	342.662	204.642
Sociais e estatutárias	584.890	1.874.197	535.068
Fiscais e previdenciárias	2.433.719	2.044.388	2.460.604
Negociação e intermediação de valores	136.172	70.597	77.588
Recursos para destinação específica:	8.925.914	10.107.859	8.058.228
- Obrigações de operações com loterias	776.891	1.483.765	812.717
- Obrigações por fundos e programas sociais	7.470.725	8.074.813	6.791.845
- Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	678.298	549.281	453.666
Instrumentos híbridos de capital e dívida	2.471.771	1.900.636	
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	851.580	851.580	845.954
Diversas	36.786.208	41.394.998	40.754.513
NÃO CIRCULANTE	398.838.297	381.584.971	323.340.414
DEPÓSITOS (Nota 14)	78.840.271	77.578.706	59.072.194
Depósitos interfinanceiros	471.785	440.060	340.710
Depósitos a prazo	78.368.486	77.138.646	58.731.484
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	7.052.419	6.834.756	2.628.518
Carteira própria	7.052.419	6.834.756	2.628.518
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	98.098.700	92.005.218	55.722.457
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	85.176.463	81.227.368	49.477.117
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	12.922.237	10.777.850	6.245.340
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	1.958.119	531.120	2.451.167
Empréstimos no exterior	1.958.119	531.120	2.451.167
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS-INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	181.473.415	175.341.091	163.212.257
TESOURO NACIONAL - PIS	355.953	584.695	176.705
BNDES	30.081.529	29.370.625	24.256.277
FGTS	148.738.767	143.547.345	137.501.927
Outras	2.297.166	1.838.426	1.277.348
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	31.415.373	29.294.080	40.253.821
Fiscais e previdenciárias	139.646	144.104	152.025
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	19.599.794	19.325.625	40.101.796
Diversas	11.675.933	9.824.351	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	62.338.469	62.090.723	34.686.869
Capital social:	22.054.802	22.054.802	22.054.802
- Capital de domiciliados no país	35.000.000	35.000.000	35.000.000
- Capital a realizar	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)
Instrumento elegível ao capital principal	35.867.958	35.867.958	8.000.000
Reservas de capital	167	167	167
Reserva de reavaliação	398.783	408.392	383.668
Reservas de lucros	5.829.745	6.873.097	3.571.101
Ajuste de avaliação patrimonial	(2.595.198)	(3.113.693)	(494.001)
Lucros/Prejuízos Acumulados	782.212		1.171.132
T O T A L	1.078.427.791	1.064.683.404	910.054.131

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração Consolidada do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2015	2014	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	33.421.941	29.765.681	22.783.092
Operações de crédito (Nota 8 (f))	19.585.102	18.243.887	14.479.827
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	8.994.847	8.169.472	6.093.357
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (j))	2.390.090	1.122.423	(42.522)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))			149.939
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	2.433.552	2.329.082	2.040.289
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	18.350	(99.183)	62.202
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	(28.055.461)	(24.469.248)	(16.955.374)
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b) e 16 (b))	(16.848.986)	(16.066.633)	(11.699.964)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (c))	(3.859.076)	(3.366.194)	(2.684.810)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	(2.173.347)	(674.783)	
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(146.597)	(915.589)	(92.384)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (j))	(5.027.455)	(3.446.049)	(2.478.216)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.366.480	5.296.433	5.827.718
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(4.560.908)	(4.621.832)	(3.817.884)
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	3.932.037	4.006.872	3.501.618
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	954.074	909.607	752.570
Despesas de pessoal (Nota 24)	(4.943.451)	(5.027.404)	(4.284.733)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(2.718.870)	(2.793.696)	(2.584.268)
Despesas tributárias (Nota 29)	(806.557)	(718.884)	(756.700)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	164.883	173.499	157.422
Outras receitas operacionais (Nota 26)	2.475.118	3.039.313	2.520.016
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(3.618.142)	(4.211.139)	(3.123.809)
RESULTADO OPERACIONAL	805.572	674.601	2.009.834
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	(122.337)	(203.879)	(67.722)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	683.235	470.722	1.942.112
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (c))	1.055.694	1.821.544	(189.464)
Tributos correntes	(529.686)	457.622	(433.009)
Ativo fiscal diferido	1.588.431	1.525.401	74.080
Passivo fiscal diferido	(3.051)	(161.479)	169.465
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(190.666)	(487.927)	(242.373)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.548.263	1.804.339	1.510.275

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	22.054.802	8.000.000	167	392.929	2.005.496	2.896.900	23.069		35.373.363
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(517.070)		(517.070)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				2.216					2.216
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(2.217)	(2.217)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(11.477)				11.477	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								1.510.275	1.510.275
Distribuição de dividendos adicionais						(1.331.295)			(1.331.295)
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Juros sobre o capital próprio propostos								(348.403)	(348.403)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2014	22.054.802	8.000.000	167	383.668	2.005.496	1.565.605	(494.001)	1.171.132	34.686.869
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	22.054.802	35.867.958	167	408.392	2.325.326	4.547.771	(3.113.693)		62.090.723
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							518.495		518.495
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(3.882)	(3.882)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(9.609)				9.609	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								1.548.263	1.548.263
Distribuição de dividendos adicionais						(1.043.352)			(1.043.352)
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Juros sobre o capital próprio propostos								(397.770)	(397.770)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(374.008)	(374.008)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015	22.054.802	35.867.958	167	398.783	2.325.326	3.504.419	(2.595.198)	782.212	62.338.469

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2015		2014	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	5.983.991	4.507.818	7.194.749	
Lucro Líquido	1.548.263	1.804.339	1.510.275	
Ajustes ao Lucro Líquido:	4.435.728	2.703.479	5.684.474	
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	(370.794)	3.308	1.740.189	
(Ganho)/Perda em Investimentos	61.266	(145.014)	21.939	
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	(681)		(828)	
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	757	(1.896)		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.027.455	3.439.595	2.478.216	
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	369.318	209.642	209.648	
Depreciações e Amortizações	379.068	372.046	298.814	
Impostos Diferidos	(1.585.380)	(1.363.922)	(243.545)	
Despesas com provisões para causas judiciais	493.054	229.013	194.949	
Resultado de Participação em Coligadas	(164.883)	(173.499)	(157.422)	
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	197.127	134.206	1.142.514	
Despesas com atualização monetárias de dividendos complementares pagos	29.421			
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(17.966.008)	(9.914.618)	29.456.616	
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(271.765)	(319.779)	(92.507)	
(Aumento) Redução em TVM para negociação	(4.079.199)	590.769	8.893.005	
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(3.308.714)	4.141.663	(4.646.332)	
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(783.200)	(266.817)	(306.886)	
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	(215.855)	417.291	(460.621)	
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(23.512.235)	(31.102.301)	(28.095.992)	
(Aumento) Redução em Outros Créditos	2.730.175	(3.479.834)	4.889.710	
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(170.879)	(132.841)	(129.879)	
(Redução) Aumento em Depósitos	1.383.790	16.289.534	13.801.648	
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	(11.087.895)	9.992.666	20.309.723	
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	15.839.514	13.024.850	12.940.266	
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	(7.649)	(25.630)	76.773	
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	9.523.222	(4.400.482)	7.047.183	
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	(3.957.130)	(14.643.707)	(4.642.809)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(48.188)		(126.666)	
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(11.982.017)	(5.406.800)	36.651.365	
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	(362.533)	(1.722.894)	74.908	
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	(841.634)	(2.172.281)	715.199	
Alienação de Imobilizado de Uso	8.031	4.326	2.627	
Aquisição de Imobilizado de Uso	(260.129)	(497.717)	(430.105)	
Baixa de Intangível	3.136	281.673	46.593	
Aquisição de Intangível	(139.189)	(929.944)	(217.850)	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.592.318)	(5.036.837)	191.372	
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Captação/resgate de instrumento híbrido de capital e dívida		27.867.958		
Dividendos complementares do exercício de 2014	(1.072.773)			
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	(397.770)	(178.272)	(1.342.000)	
Remuneração IHCD	(374.008)	(695.184)		
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(1.844.551)	26.994.502	(1.342.000)	
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(15.418.886)	16.550.865	35.500.737	
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA				
Caixa e Equivalentes no início do Período	127.216.112	61.952.171	48.713.076	
Caixa e Equivalentes no fim do período	111.797.226	78.503.036	84.213.813	
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(15.418.886)	16.550.865	35.500.737	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	2015		2014			
	1º trimestre		4º trimestre		1º trimestre	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1. RECEITAS	35.633.378		32.741.611		27.011.359	
Intermediação financeira	33.421.941		28.435.747		22.783.092	
Prestação de serviços com tarifas	4.886.111		4.916.478		4.254.189	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(5.027.455)		(3.446.049)		(2.478.216)	
Outras	2.352.781		2.835.435		2.452.294	
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23.028.006		19.693.265		14.477.159	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	5.586.333		6.290.299		5.043.113	
Materiais, energia e outros	581.782		570.022		545.586	
Processamento de dados e comunicações	455.359		494.513		434.786	
Propaganda, publicidade e promoções	152.175		276.850		160.042	
Serviços de terceiros e especializados	580.422		539.415		559.871	
Serviços de vigilância e segurança	198.453		198.360		219.019	
Outras	3.618.142		4.211.139		3.123.809	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	458.524		724.429		539.053	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	582.846		588.517		487.534	
- Descontos de operações de crédito	131.084		240.984		55.747	
- Despesas com cartão de crédito/débito	338.399		380.275		259.277	
- Benefício pós-emprego	369.318		252.338		225.109	
- Provisões operacionais diversas	1.147.198		1.238.381		979.693	
- Demais	590.773		786.215		577.396	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	7.019.039		6.758.047		7.491.087	
5. RETENÇÕES	379.068		372.147		344.027	
Depreciação, amortização e exaustão	379.068		372.147		344.027	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	6.639.971		6.385.900		7.147.060	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	164.883		173.499		157.422	
Resultado da equivalência patrimonial	164.883		173.499		157.422	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	6.804.854		6.559.399		7.304.482	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	6.804.854	100	6.559.399	100	7.304.482	100
Pessoal	4.474.078	66	4.854.543	74	3.936.354	54
- Remuneração direta	3.342.222		3.666.087		2.932.497	
- Benefícios	918.276		970.773		810.966	
- FGTS	213.580		217.683		192.891	
Impostos, taxas e contribuições	410.902	6	(441.873)	(7)	1.536.917	21
- Federais	216.188		(582.979)		1.370.508	
- Estaduais	137		113		127	
- Municipais	194.577		140.993		166.282	
Remuneração de capitais de terceiros	371.611	5	342.390	5	320.936	4
- Aluguéis	371.611		342.390		320.936	
Remuneração de capitais próprios	771.778	11	2.251.693	34	348.403	5
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	397.770		1.927.970		348.403	
- Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital	374.008		323.723		-	
Lucros retidos	776.485	11	(447.354)	(7)	1.161.872	16

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional	9
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias	10
Nota 3 – Principais práticas contábeis	12
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa	20
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez	20
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21
Nota 7 – Relações interfinanceiras	30
Nota 8 – Carteira de crédito	31
Nota 9 – Outros créditos	38
Nota 10 – Outros valores e bens	41
Nota 11 – Participações em controladas e coligadas	42
Nota 12 – Imobilizado de uso	43
Nota 13 – Intangível	44
Nota 14 – Depósitos	45
Nota 15 – Captações no mercado aberto	50
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos	51
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses	53
Nota 18 – Outras obrigações	54
Nota 19 – Patrimônio líquido	59
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) ..	61
Nota 21 – Receitas da intermediação financeira	65
Nota 22 – Despesas da intermediação financeira	65
Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	66
Nota 24 – Despesas com pessoal	67
Nota 25 – Outras despesas administrativas	67
Nota 26 – Outras receitas operacionais	68
Nota 27 – Outras despesas operacionais	68
Nota 28 – Resultado não operacional	69
Nota 29 – Despesas tributárias	69
Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias	70
Nota 31 – Partes relacionadas	73
Nota 32 – Benefícios a empregados	77
Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo	88
Nota 34 – Outras informações	98
Nota 35 – Eventos subsequentes	99

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários. Inclui ainda a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito.

Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio da Caixa Seguros Holding S/A, uma investida da subsidiária Caixa Participações S.A. - CAIXAPAR.

Como forma de financiamento de longo prazo de suas operações, a CAIXA emite títulos de dívida no mercado internacional por meio de Notas Sêniores e de Bônus Subordinados elegíveis a compor o Capital de Nível II sob as regras de Basileia III.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação. Sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

Conforme Lei nº 11.908/2009, a fim de cumprir seu objeto social, a CAIXA está autorizada a constituir empresas subsidiárias, integrais ou controladas para cumprir seu objeto social, por meio de sua subsidiária integral CAIXAPAR.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias**a) Contexto**

As demonstrações contábeis consolidadas intermediárias da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis consolidadas intermediárias de 31 de Março de 2015 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 13 de maio de 2015 e pelo Conselho de Administração em 02 de junho de 2015.

As demonstrações contábeis consolidadas intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas independentemente de requerimento do Banco Central do Brasil para apresentação de demonstrações contábeis intermediárias, dado que a Administração da CAIXA entende ser relevante para o mercado tal divulgação em função do volume de operações e atuação da CAIXA no mercado financeiro nacional.

Em função de orientação do Banco Central do Brasil para que os instrumentos híbridos de capital e dívida fossem reclassificados do patrimônio líquido para o passivo nas demonstrações contábeis individuais, para o trimestre findo em 31 de março de 2015, a Administração da CAIXA optou por deixar de apresentar as demonstrações contábeis individuais intermediárias da controladora, passando a apresentar apenas as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias, por entender que essas demonstrações contábeis consolidadas fornecem os elementos necessários para o melhor entendimento da sua situação financeira, do volume total de suas operações e do cumprimento dos limites regulatórios e prudenciais do Banco Central do Brasil, onde os instrumentos híbridos de capital e dívida são classificados como elegíveis a capital e compõem o patrimônio líquido.

b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas intermediárias da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis n° 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e n° 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis n° 11.638/07 e n° 11.941/09, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis consolidadas intermediárias são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; a perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; a ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas, e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas intermediárias, que incluem a CAIXA e sua subsidiária CAIXAPAR, foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis consolidadas intermediárias da CAIXAPAR e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da subsidiária adquirida ou alienada durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação na investida. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As principais empresas que a CAIXA detém participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas na Nota 11.

d) Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias:

Carteira de participações societárias da CAIXAPAR	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
Banco PAN	262.164.544	112.732.358	49,00	40,35
Branes	37.250.186	-	37,25	37,25
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.278.822	-	48,21	48,21
Capgemini	63.764.544	-	24,19	22,05
Cia. Brasileira de Securitização – CIBRASEC	6.000	-	9,09	9,09
Crescer	17.640.000	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.779	837.031.603	0,01	33,33
TECBAN	375.508.013	-	10,00	10,00
PAN Corretora	149.940	-	49,00	49,00

(e) Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Em razão das notícias divulgadas na imprensa, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da CAIXA na 11ª. fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “A Origem”, a Administração da CAIXA adotou ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema por parte de seus empregados, administradores e fornecedores.

Até a data de divulgação das Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas do trimestre findo em 31 de março de 2015, a CAIXA, seus administradores e seus empregados não foram notificados sobre qualquer denúncia ou evidência objetiva que não sejam aquelas que envolvam seus prestadores de serviços, eventualmente decorrentes de fatos relacionados com a operação “A Origem”. A despeito disso, a CAIXA adotou providências, a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa e os contratos com as empresas citados.

Com base nas informações disponíveis, levando em conta o escopo dos trabalhos preliminares de investigação, a estimativa da Administração é que eventuais impactos relacionados a esse assunto, se houver, não seriam materiais nas suas Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2015, nem há qualquer informação objetiva que coloque em dúvida a boa conduta de seus funcionários, administradores e fornecedores.

De forma prospectiva, ações com cunho investigativo continuarão a ser realizadas por organismos internos da CAIXA (incluindo seus advogados e auditores internos), apoiadas por outros órgãos da administração pública. A CAIXA continuará acompanhando e apoiando o processo de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão bem como avaliando, sistematicamente, as medidas internas que devem ser tomadas para que a investigação interna seja efetuada com o escopo necessário e conduzida por profissionais qualificados e isentos de influência e interesses.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis consolidadas intermediárias são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata dia* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias. Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa são apresentados na Nota 4.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável. Nas operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

(e) Títulos e valores mobiliários

São inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição, e suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria são acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados *pro rata dia*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:

- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;
- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e de câmbio em moeda estrangeira detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil, contabilizados conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- **Hedge de Risco de Mercado:** Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **Hedge de Fluxo de Caixa:** A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A CAIXA aplica a metodologia de hedge contábil e classifica os instrumentos financeiros derivativos na categoria hedge de risco de mercado. As variações no valor justo desses derivativos designados e qualificados como hedge de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto ajusta o valor escriturado do item coberto em contrapartida ao resultado do período. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização, o ajuste no valor contábil, avaliado ao custo, de um item protegido por hedge é amortizado no resultado durante o período até o vencimento do instrumento financeiro. Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6 (e) e (f).

(g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 33.

(h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo em dobro (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

(1) Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por, no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, ocorrerá a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A CSLL é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

(j) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas (Nota 10).

(k) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição. Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN. A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.

(l) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e depreciados pelo método linear sem valor residual.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	25 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado. Os custos de serviços diários de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão de obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização estão apresentados na Nota 12.

(m) Intangível

O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme estabelecem as Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 3.642/2008.

Eles podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de software e de aquisição de folhas de pagamento. Os intangíveis relacionados à aquisição de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica 'depreciação e amortização', em outras despesas administrativas e possuem as seguintes taxas de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – <i>software</i>	5 anos
Aquisição de folha de pagamento	Até 5 anos

A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

(n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a CAIXA verifica o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, tais como softwares em desenvolvimento, e dos ágios na aquisição de investimentos. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda ou valor de realização deduzido das respectivas despesas, ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

A CAIXA não apresenta redução ao valor recuperável em ativos classificados como imobilizados de uso.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(o) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata dia*,

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses tem seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

Para as operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, considerando tratar-se de taxa prefixada, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente, conforme detalhamento na Nota 15 (b).

(p) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa com uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias.

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

(q) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 695/2012.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição variável, durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo contribuição definida. Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo benefício definido, devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e a cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

A Deliberação CVM nº 695/2012 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados e estabeleceu para os planos de benefício definido alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego, como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos. A adoção do Pronunciamento ocorreu a partir de 1 de janeiro de 2013 e implicou o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta “outros ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 32.

(r) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base *pro rata dia* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata dia*.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Total de disponibilidades (caixa)	13.019.618	13.242.976	10.130.627
Disponibilidade em moeda nacional	7.491.282	8.572.363	7.205.163
Disponibilidade em moeda estrangeira	5.528.336	4.670.613	2.925.464
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	98.777.608	113.973.136	74.083.186
Total	111.797.226	127.216.112	84.213.813

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	1 a 90 dias	91 a 180 dias	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	22.048.927	-	22.048.927	17.956.455	5.868.844
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-
Letras do tesouro nacional	3.529.416	-	3.529.416	17.862.468	5.868.844
Notas do tesouro nacional	18.519.511	-	18.519.511	93.987	-
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	76.825.315	-	76.825.315	96.110.668	68.214.342
Letras financeiras do tesouro	15.125.892	-	15.125.892	6.878.300	6.349.669
Letras do tesouro nacional	5.586.515	-	5.586.515	34.770.744	10.134.698
Notas do tesouro nacional	56.112.908	-	56.112.908	54.461.624	51.729.975
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.398.522	404.413	6.802.935	6.533.817	7.764.180
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.195.652	-	6.195.652	5.975.649	7.764.645
Aplicações em depósitos interfinanceiros - crédito rural (1)	202.932	404.413	607.345	559.305	-
Provisão para perdas em aplicação em DI	(62)	-	(62)	(1.137)	(465)
Total - ativo circulante	105.272.764	404.413	105.677.177	120.600.940	81.847.366

(1) Inclui acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações firmado entre a CAIXA e o Banco SICRED no montante de R\$ 202.932 em 31/03/2015 (R\$ 151.283 - 31/12/2014), conforme Resolução CMN nº 3.263/05.

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Compõe "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" na Demonstração do Resultado

Descrição	2015	2014	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Rendas de aplicações no mercado aberto	4.360.089	4.107.025	2.396.398
Posição bancada	1.000.696	629.682	305.550
Posição financiada	3.359.393	3.477.343	2.090.848
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	174.861	161.113	139.432
Total	4.534.950	4.268.138	2.535.830

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
(a) Composição

Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos públicos – Brasil	65.902.591	79.384.671	7.954.422	1.073	-	153.242.757
Letras financeiras do tesouro	2.656.652	39.227	-	-	-	2.695.879
Letras do tesouro nacional	54.761.636	45.672.950	7.951.918	1.073	-	108.387.577
Notas do tesouro nacional	8.476.922	33.672.494	2.504	-	-	42.151.920
Tesouro nacional/ securitização	7.381	-	-	-	-	7.381
Títulos – empresas	10.537.523	7.545.407	-	-	-	18.082.930
Debêntures	979.203	7.049.820	-	-	-	8.029.023
Letras de crédito imobiliário	142.679	-	-	-	-	142.679
Letras financeiras	170.379	-	-	-	-	170.379
Cotas de fundos	449.240	-	-	-	-	449.240
Certificado de recebíveis imobiliários	454.106	495.587	-	-	-	949.693
Ações	8.341.916	-	-	-	-	8.341.916
Outros	-	-	-	-	2.839.525	2.839.525
Total em 31/03/2015	76.440.114	86.930.078	7.954.422	1.073	2.839.525	174.165.212
Total em 31/12/2014	84.207.509	77.441.546	5.436.818	1.046	905.638	167.992.557
Total em 31/03/2014	76.391.897	70.620.120	4.207.178	968	127.105	151.347.268

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação da carteira por prazo

Posição em 31/03/2015	Custo	Ajuste Resultado (1)	Ajuste Patr. líquido (2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos públicos	154.839.031	(1.597.056)	782	153.242.757	152.460.161	-	25.913.020	536.308	18.344.689	108.448.740
Letras financeiras do tesouro	2.693.131	2.748	-	2.695.879	2.695.879	-	-	7.226	-	2.688.653
Letras do tesouro nacional	109.943.172	(1.555.595)	-	108.387.577	108.227.540	-	21.339.636	529.082	18.334.905	68.183.954
Notas do tesouro nacional	42.193.557	(44.209)	2.572	42.151.920	41.529.361	-	4.573.384	-	9.784	37.568.752
Tesouro nacional/securitização	9.171	-	(1.790)	7.381	7.381	-	-	-	-	7.381
Títulos – empresas	18.964.352	33.963	(915.385)	18.082.930	18.073.881	8.791.156	35.933	85.652	-	9.170.189
Debêntures	7.983.916	33.947	11.160	8.029.023	8.029.023	-	-	-	-	8.029.023
Letras de crédito imobiliário	142.577	-	102	142.679	142.679	-	35.933	-	-	106.746
Letras financeiras	170.246	-	133	170.379	170.379	-	-	85.652	-	84.727
Cotas de fundos	449.240	-	-	449.240	449.240	449.240	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	889.149	16	60.528	949.693	940.644	-	-	-	-	949.693
Ações	9.329.224	-	(987.308)	8.341.916	8.341.916	8.341.916	-	-	-	-
Total – TVM	173.803.383	(1.563.093)	(914.603)	171.325.687	170.534.042	8.791.156	25.948.953	621.960	18.344.689	117.618.929
Para negociação (3)	105.777.135	(1.563.093)	-	104.214.042	104.214.042	19.567	21.339.636	536.308	12.243.923	70.074.608
Disponíveis para venda	17.896.500	-	(914.603)	16.981.897	16.981.897	8.771.589	35.933	85.652	-	8.088.723
Mantidos até o vencimento (4)	50.129.748	-	-	50.129.748	49.338.103	-	4.573.384	-	6.100.766	39.455.598
Instrumentos financeiros derivativos	2.839.525	-	-	2.839.525	2.839.525	-	128.839	48.917	562.597	2.099.172
Total – TVM e derivativos	176.642.908	(1.563.093)	(914.603)	174.165.212	173.373.567	8.791.156	26.077.792	670.877	18.907.286	119.718.101

(1) Ajuste a Valor de Mercado no resultado;

(2) Ajuste a Valor de Mercado no Patrimônio Líquido. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (200.634) - 31/12/2014 – (732.450) e 31/03/2014 – (331.149); líquido dos efeitos tributários.

(3) Os títulos da categoria Para Negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(4) Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Os papéis que compõem a carteira de TVM da CAIXA não foram reclassificados entre as categorias I, II e III, nos períodos apresentados.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

Descrição	31/03/2015						31/12/2014			31/03/2014				
	Sem venc.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	21.339.636	536.308	12.243.923	69.089.886	104.806.805	(1.597.052)	103.209.753	102.237.348	(1.572.172)	100.665.176	89.809.156	(1.607.115)	88.202.041
LFT	-	-	7.226	-	2.688.653	2.693.131	2.748	2.695.879	338.741	181	338.922	21.706	2	21.708
LTN	-	21.339.636	529.082	12.243.923	60.776.457	96.444.693	(1.555.595)	94.889.098	99.292.197	(1.563.359)	97.728.838	89.776.904	(1.605.951)	88.170.953
NTN	-	-	-	-	5.624.776	5.668.981	(44.205)	5.624.776	2.606.410	(8.994)	2.597.416	10.546	(1.166)	9.380
Títulos - empresas	19.568	-	-	-	984.721	970.330	33.959	1.004.289	988.398	44.362	1.032.760	39.042	138	39.180
Debêntures	-	-	-	-	983.180	949.237	33.943	983.180	967.040	44.346	1.011.386	14.005	121	14.126
Cotas de fundos	19.568	-	-	-	-	19.568	-	19.568	19.596	-	19.596	22.619	-	22.619
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	1.541	1.525	16	1.541	1.762	16	1.778	2.418	17	2.435
Total	19.568	21.339.636	536.308	12.243.923	70.074.607	105.777.135	(1.563.093)	104.214.042	103.225.746	(1.527.810)	101.697.936	89.848.198	(1.606.977)	88.241.221

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

Descrição	31/03/2015							31/12/2014			31/03/2014			
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	-	-	-	14.553	13.775	778	14.553	16.976	(947)	16.029	18.808	(1.987)	16.821
NTN	-	-	-	-	7.172	4.604	2.568	7.172	4.886	2.397	7.283	4.717	2.109	6.826
Tesouro nacional/ securitizados	-	-	-	-	7.381	9.171	(1.790)	7.381	12.090	(3.344)	8.746	14.091	(4.096)	9.995
Títulos – empresas	8.771.588	35.933	85.652	-	8.074.171	17.882.725	(915.381)	16.967.344	17.899.570	(1.814.730)	16.084.840	17.966.022	(1.013.549)	16.952.473
Debêntures	-	-	-	-	7.045.843	7.034.682	11.161	7.045.843	6.906.485	(15.497)	6.890.988	7.055.327	(50.661)	7.004.666
Letras de crédito imobiliário	-	35.933	-	-	106.746	142.577	102	142.679	259.069	27	259.096	672.042	203	672.245
Letras financeiras	-	-	85.652	-	84.727	170.246	133	170.379	219.038	36	219.074	217.230	75	217.305
Cotas de fundos	429.672	-	-	-	-	429.672	-	429.672	435.664	-	435.664	33.116	-	33.116
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	836.855	776.324	60.531	836.855	784.097	79.377	863.474	602.312	17.591	619.903
Ações	8.341.916	-	-	-	-	9.329.224	(987.308)	8.341.916	9.295.217	(1.878.673)	7.416.544	9.385.995	(980.757)	8.405.238
Total	8.771.588	35.933	85.652	-	8.088.724	17.896.500	(914.603)	16.981.897	17.916.546	(1.815.677)	16.100.869	17.984.830	(1.015.536)	16.969.294

(1) Ajuste a Valor de Mercado. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (200.634); 31/12/2014 – (732.450); 31/03/2014 – (331.149); líquido dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

Descrição	31/03/2015					31/12/2014		31/03/2014		
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Títulos Públicos	4.573.384	-	6.100.768	39.344.299	50.018.451	49.235.856	49.144.587	49.159.865	45.629.405	44.564.188
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	502.394	502.472
LTN	-	-	6.090.983	7.407.496	13.498.479	13.338.443	14.276.641	14.152.869	11.215.965	11.124.242
NTN	4.573.384	-	9.785	31.936.803	36.519.972	35.897.413	34.867.946	35.006.996	33.911.046	32.937.474
Títulos - Empresas	-	-	-	111.297	111.297	102.247	143.527	142.016	380.243	380.243
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	111.297	111.297	102.247	143.527	142.016	380.243	380.243
Total	4.573.384	-	6.100.768	39.455.596	50.129.748	49.338.103	49.288.114	49.301.881	46.009.648	44.944.431

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2015	2014	2014
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.236.994	1.847.301	1.798.637
Ativos financeiros disponíveis para venda	343.086	658.824	288.061
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.879.996	1.395.484	1.473.742
Outros	(179)	(275)	(2.913)
Total	4.459.897	3.901.334	3.557.527

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de *swaps*.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos e os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(f) Hedge Contábil

A CAIXA estabeleceu estruturas de hedge de valor justo para proteger a exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas e das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA.

O hedge contábil das emissões externas tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do hedge.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

HEDGE CONTÁBIL									
Estruturas	31/03/2015			31/12/2014			31/03/2014		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil
Hedge das emissões externas	5.259.502	1.903.885	8.230.808	4.943.633	739.273	6.390.881	2.973.813	77.677	3.414.160
Hedge das letras financeiras	920.660	(41.921)	1.085.254	898.460	(45.676)	1.013.536	589.160	(43.747)	626.788
Total	6.180.162	1.861.964	9.316.062	5.842.093	693.597	7.404.417	3.562.973	33.930	4.040.948

(1) Ajuste acumulado dos contratos de swap

ESTRUTURA TEMPORAL						
Vencimento	31/03/2015		31/12/2014		31/03/2014	
	Hedge das Emissões Externas	Hedge das Letras Financeiras	Hedge das Emissões Externas	Hedge das Letras Financeiras	Hedge das Emissões Externas	Hedge das Letras Financeiras
2014	-	-	-	-	93.786	-
2015	200.685	-	197.998	-	90.450	-
2016	213.509	-	188.617	-	87.348	-
2017	1.975.238	95.000	1.952.430	95.000	1.856.681	-
2018	145.126	6.500	124.083	6.500	33.247	-
2019	1.944.625	10.150	1.700.186	10.150	31.983	5.800
2020	30.805	11.360	30.805	11.360	30.805	11.360
2021	29.717	25.000	29.717	10.000	29.717	10.000
2022	719.797	-	719.797	-	719.796	-
2023	-	562.000	-	562.000	-	562.000
2024	-	203.450	-	203.450	-	-
2025	-	7.200	-	-	-	-
Total	5.259.502	920.660	4.943.633	898.460	2.973.813	589.160

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, demonstrada pelo seu valor referencial e patrimonial:

Descrição	Conta de Compensação / Valor Referencial			Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajustes ao Valor de Mercado (Res. / PL)	Valor Patrimonial		
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2015	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Contratos de futuros								
Compromissos de compra	-	-	-	-	-	-	-	-
Cupom cambial	-	-	-	-	-	-	-	-
Compromissos de venda	95.681.536	99.146.777	74.691.619	-	-	-	-	-
Mercado interfinanceiro	95.584.677	99.066.737	74.634.494	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	96.859	80.040	57.125	-	-	-	-	-
Contratos de Swaps								
Posição ativa	11.181.671	8.715.390	5.976.911	3.228.186	(388.661)	2.839.525	905.638	127.105
Índices	920.695	898.571	589.160	31.001	(30.263)	738	189	168
Moeda estrangeira	10.260.976	7.816.819	5.387.751	3.197.185	(358.398)	2.838.787	905.449	126.937
Posição passiva	11.181.671	8.715.390	5.976.911	4.727	41.342	46.069	53.718	165.944
Índices	920.695	898.571	589.160	114	42.661	42.775	46.213	44.323
Moeda estrangeira	10.260.976	7.816.819	5.387.751	4.613	(1.319)	3.294	7.505	121.621

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por contra parte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial:

Descrição	31/03/2015							31/12/2014	31/03/2014
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Result./ Patrimônio Líquido)	Valor Patrimonial	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial	Valor Patrimonial
Posição ativa:									
Contratos de Swaps - ajuste a receber	3.228.186	(388.661)	2.839.525	128.839	48.917	562.597	2.099.172	905.638	127.105
BM&FBOVESPA	31.001	(30.263)	738	-	-	-	738	189	168
Inst. financeiras	3.197.185	(358.398)	2.838.787	128.839	48.917	562.597	2.098.434	905.449	126.937
Posição passiva:									
Contratos de Swaps - ajuste a pagar	4.727	41.342	46.069	-	267	43	45.759	53.718	165.944
BM&FBOVESPA	-	42.660	42.660	-	-	-	42.660	45.866	43.915
Empresas	114	1	115	-	115	-	-	347	408
Inst. financeiras	4.613	(1.319)	3.294	-	152	43	3.099	7.505	121.621

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor referencial:

Descrição	31/03/2015				Valor de Mercado	31/12/2014	31/03/2014
	01 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias		Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas de Compensação/ Valor Referencial							
Contratos futuros	21.436.507	528.833	7.979.503	65.736.693	95.681.536	99.146.777	74.691.619
Contratos de Swaps	303.339	289.181	3.079.447	7.509.704	11.181.671	8.715.390	5.977.049

(j) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos:

Descrição	2015	2014	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Swap	1.981.032	538.126	(210.097)
Futuro	409.058	584.297	167.575
Total realizado	2.390.090	1.122.423	(42.522)

(k) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento dos contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

Descrição	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Títulos públicos	7.955.495	5.437.864	4.208.146
Notas do tesouro nacional	2.504	2.543	2.383
Letras do tesouro nacional	2.832.663	5.428.684	4.200.227
Letras financeiras do tesouro	5.120.328	6.637	5.536

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto, não são considerados equivalentes de caixa.

Descrição	Remuneração	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	6.072.852	5.386.280	6.652.835
Compulsório sobre depósito de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	46.822.086	47.223.375	42.708.243
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	10.064.218	7.207.801	11.566.988
Recursos do crédito rural	Não remunerado	-	-	350.856
Compulsório adicional	Taxa SELIC	33.694.690	33.527.676	29.555.930
Total		96.653.846	93.345.132	90.834.852

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

Descrição	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
FGTS a ressarcir	81.286	85.207	91.949
FCVS a receber	28.438.549	28.028.495	24.246.111
Não habilitados (1)	1.991.032	2.053.613	1.242.615
Habilitados e não homologados (2)	9.485.898	9.274.758	7.355.215
Habilitados e homologados (3)	16.961.619	16.700.124	15.648.281
Provisão FCVS a receber	(2.659.825)	(2.967.926)	(3.221.451)
Total (líquido de provisão) (4)	25.860.010	25.145.776	21.116.609

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

(4) Variação em 2014 representada essencialmente pelo recebimento de R\$ 3.068.077 de créditos FCVS, com deságio de R\$ 1.411.087 (Nota 9 (b)) pela cessão de créditos com a EMGEA.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

Descrição	2015		2014
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Créditos vinculados ao BACEN	1.970.360	1.934.260	1.651.447
Créditos vinculados ao SFH	463.192	394.822	388.842
Total	2.433.552	2.329.082	2.040.289

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 8 – Carteira de crédito
(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Operações de crédito	244.826.402	168.323.601	76.835.443	73.582.325	24.302.239	7.240.352	3.312.530	2.594.637	16.166.384	617.183.913	597.108.812	511.504.839
Empréstimos e títulos descontados	24.358.112	58.488.856	25.462.176	24.031.788	5.953.123	3.432.048	1.391.388	1.235.070	6.218.646	150.571.207	150.624.839	148.456.329
Financiamentos	10.695.750	13.783.882	3.161.265	4.074.400	3.729.395	1.239.946	788.672	610.553	3.971.549	42.055.412	39.894.998	32.428.948
Financiamentos rurais e agroindustriais	710.140	1.377.208	1.460.644	1.389.040	183.228	32.207	22.695	22.467	72.308	5.269.937	4.915.019	2.709.854
Financiamentos imobiliários	177.981.524	64.127.339	45.240.927	43.490.101	14.220.792	1.462.160	1.095.130	719.171	5.891.699	354.228.843	339.838.641	284.306.671
Financiamentos de infraestrutura	31.080.876	25.555.499	1.431.434	559.728	200.466	1.067.115	-	3.643	6.151	59.904.912	56.481.914	39.545.139
Cessão de créditos	-	4.990.817	78.997	37.268	15.235	6.876	14.645	3.733	6.031	5.153.602	5.353.401	4.057.898
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	1.367.034	5.811.767	756.519	934.749	400.298	148.314	25.886	17.277	163.725	9.625.569	9.820.919	8.894.153
Cartão de crédito	668.557	4.619.262	433.145	523.624	176.062	48.190	20.962	15.968	122.760	6.628.530	7.171.685	5.939.948
Adiantamento de contratos de câmbio (1)	698.477	1.192.505	152.010	294.350	17.182	7.297	4.665	973	8.608	2.376.067	1.906.534	605.932
Créditos adquiridos (2)	-	-	152.317	115.953	198.662	92.586	-	-	-	559.518	684.730	2.297.977
Diversos	-	-	19.047	822	8.392	241	259	336	32.357	61.454	57.970	50.296
Total	246.193.436	174.135.368	77.591.962	74.517.074	24.702.537	7.388.666	3.338.416	2.611.914	16.330.109	626.809.482	606.929.731	520.398.992
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	-	(870.677)	(775.920)	(2.235.517)	(2.470.254)	(2.216.600)	(1.669.208)	(1.828.341)	(16.330.109)	(28.396.626)	(26.806.599)	(24.354.043)
Total líq. de provisões	246.193.436	173.264.691	76.816.042	72.281.557	22.232.283	5.172.066	1.669.208	783.573	-	598.412.856	580.123.132	496.044.949

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de "Outras Obrigações".

(2) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos PAN, Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso e BMB.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Operações de Crédito	A	B	C	D	E	F	G	H	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Operações de crédito	(841.617)	(768.354)	(2.207.477)	(2.430.225)	(2.172.106)	(1.656.266)	(1.816.245)	(16.166.382)	(28.058.672)	(26.520.347)	(24.041.804)
Empréstimos e títulos descontados	(292.444)	(254.622)	(720.954)	(595.312)	(1.029.614)	(695.694)	(864.549)	(6.218.646)	(10.671.835)	(10.116.900)	(8.945.102)
Financiamentos	(68.919)	(31.613)	(122.232)	(372.940)	(371.984)	(394.336)	(427.387)	(3.971.549)	(5.760.960)	(5.560.415)	(3.600.362)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(6.886)	(14.606)	(41.671)	(18.323)	(9.662)	(11.348)	(15.727)	(72.308)	(190.531)	(135.587)	(43.795)
Financiamentos imobiliários	(320.637)	(452.409)	(1.304.703)	(1.422.079)	(438.648)	(547.565)	(503.420)	(5.891.699)	(10.881.160)	(10.208.721)	(10.942.421)
Financiamentos de infraestrutura	(127.777)	(14.314)	(16.792)	(20.047)	(320.135)	-	(2.550)	(6.151)	(507.766)	(481.332)	(479.570)
Cessão de créditos	(24.954)	(790)	(1.125)	(1.524)	(2.063)	(7.323)	(2.612)	(6.029)	(46.420)	(17.392)	(30.554)
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	(29.060)	(7.566)	(28.040)	(40.029)	(44.494)	(12.942)	(12.096)	(163.727)	(337.954)	(286.252)	(312.239)
Cartão de crédito	(23.097)	(4.333)	(15.705)	(17.606)	(14.457)	(10.479)	(11.178)	(122.763)	(219.618)	(229.054)	(214.665)
Adiantamento de contratos de câmbio	(5.963)	(1.520)	(8.831)	(1.718)	(2.189)	(2.333)	(681)	(8.608)	(31.843)	-	-
Créditos adquiridos	-	(1.523)	(3.479)	(19.866)	(27.776)	-	-	-	(52.644)	(52.631)	(68.214)
Diversos	-	(190)	(25)	(839)	(72)	(130)	(237)	(32.356)	(33.849)	(4.567)	(29.360)
Total	(870.677)	(775.920)	(2.235.517)	(2.470.254)	(2.216.600)	(1.669.208)	(1.828.341)	(16.330.109)	(28.396.626)	(26.806.599)	(24.354.043)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Operações de crédito em Curso normal

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
01 a 30 dias	3.010.164	11.628.429	3.396.848	3.502.802	816.558	209.690	74.099	53.141	387.835	23.079.566	23.169.456	17.963.928
31 a 60 dias	2.592.416	5.704.927	1.922.280	1.916.281	453.276	132.524	35.979	27.544	206.967	12.992.194	12.557.348	11.532.537
61 a 90 dias	3.614.004	5.461.329	2.028.244	1.772.269	417.556	120.212	33.301	24.225	188.129	13.659.269	11.489.880	10.354.771
91 a 180 dias	7.008.556	12.927.356	4.619.139	4.413.944	1.302.954	346.540	82.945	63.660	500.449	31.265.543	32.099.209	27.962.881
181 a 360 dias	13.593.505	19.608.624	6.852.207	6.562.553	1.751.847	562.995	99.526	73.835	593.208	49.698.300	48.816.960	44.319.622
Acima de 360 dias	209.663.738	110.792.659	44.917.388	41.300.461	10.204.771	2.690.994	370.230	258.506	3.195.866	423.394.613	418.594.900	356.214.533
Total	239.482.383	166.123.324	63.736.106	59.468.310	14.946.962	4.062.955	696.080	500.911	5.072.454	554.089.485	546.727.753	468.348.272

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Parcelas vencidas	64.261	89.211	578.643	1.390.461	1.946.085	1.568.581	1.503.080	1.366.332	7.345.802	15.852.456	14.484.749	8.037.476
01 a 30 dias	64.261	89.211	455.545	173.261	71.186	27.124	16.737	11.446	76.350	985.121	1.200.913	2.270.693
31 a 60 dias	-	-	123.098	805.721	262.122	92.301	50.878	34.235	196.065	1.564.420	1.410.621	951.648
61 a 90 dias	-	-	-	257.537	1.261.673	301.386	154.574	107.792	524.862	2.607.824	2.531.099	896.485
91 a 180 dias	-	-	-	153.942	351.093	891.262	1.046.242	1.020.892	1.509.844	4.973.275	4.285.324	1.888.573
181 a 360 dias	-	-	-	-	11	256.508	234.649	191.967	4.669.426	5.352.561	4.723.868	1.950.476
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	369.255	369.255	332.924	79.601
Parcelas vincendas	5.948.315	6.730.328	13.125.203	13.363.953	7.792.308	1.749.833	1.134.591	743.698	3.903.245	54.491.474	43.810.695	43.407.312
01 a 30 dias	60.975	96.733	256.746	264.113	144.041	42.537	38.301	17.547	105.331	1.026.324	846.303	891.149
31 a 60 dias	59.555	90.972	240.677	234.176	128.629	36.539	20.620	14.188	75.397	900.753	718.206	834.625
61 a 90 dias	59.481	90.820	237.256	230.172	127.683	35.824	20.176	13.910	73.795	889.117	708.898	817.765
91 a 180 dias	175.857	269.419	686.169	662.750	371.333	102.783	57.725	40.183	212.669	2.578.888	2.050.913	2.338.139
181 a 360 dias	345.342	529.923	1.268.379	1.191.535	691.089	187.857	104.799	73.591	388.652	4.781.167	3.792.180	4.249.590
Acima de 360 dias	5.247.105	5.652.461	10.435.976	10.781.207	6.329.533	1.344.293	892.970	584.279	3.047.401	44.315.225	35.694.195	34.276.044
Total	6.012.576	6.819.539	13.703.846	14.754.414	9.738.393	3.318.414	2.637.671	2.110.030	11.249.047	70.343.930	58.295.444	51.444.788

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

Descrição	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
SETOR PÚBLICO	49.406.128	47.934.072	38.749.209
Administração direta	25.649.395	25.215.734	21.602.968
Administração indireta – petroquímico	11.500.923	11.269.806	11.437.803
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	3.843.768	3.863.358	3.719.092
Administração indireta – outros	8.412.042	7.585.174	1.989.346
SETOR PRIVADO	577.403.354	557.089.125	481.043.851
PESSOA JURÍDICA	125.806.312	122.272.415	109.183.257
Comércio varejista	25.424.987	25.626.361	25.332.404
Construção civil	15.471.529	15.104.225	12.004.605
Siderurgia e metalurgia	9.628.957	9.615.257	9.599.102
Energia elétrica	10.274.442	9.655.847	8.351.434
Serviços financeiros	5.987.159	5.840.081	4.985.072
Outras indústrias	8.203.167	8.442.422	6.991.996
Transporte	9.328.953	9.038.161	7.295.114
Agronegócio e extrativismo	2.789.069	3.688.586	4.000.784
Comércio atacadista	6.103.639	5.872.840	5.371.130
Saúde	3.734.703	3.647.364	3.520.898
Saneamento e infraestrutura	3.597.624	3.518.471	2.997.535
Petroquímico	2.320.526	2.321.577	2.217.433
Têxtil	2.041.070	2.106.974	2.052.306
Comunicação	1.563.306	1.564.542	1.672.074
Alimentação	1.935.154	1.924.034	1.913.725
Serviços pessoais	373.240	375.437	369.399
Outros serviços	17.028.787	13.930.236	10.508.246
PESSOA FÍSICA	451.597.042	434.816.710	371.860.594
Total	626.809.482	605.023.197	519.793.060

(e) Receitas de operação de crédito

Descrição	2015	2014	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	10.291.059	9.748.169	7.805.731
Financiamentos rurais e agroindustriais	87.946	46.208	31.472
Financiamentos imobiliários	7.537.945	7.308.241	5.888.246
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	1.666.528	1.139.436	752.643
Outros créditos	1.624	1.833	1.735
Total	19.585.102	18.243.887	14.479.827

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

A CAIXA realiza operações de aquisição, venda ou transferência de ativos financeiros como estratégia de negócio em suas operações.

A cessão de crédito está alinhada a estratégia operacional da instituição resultando no reconhecimento das receitas e despesas destas operações no resultado da intermediação financeira.

(f.1) Carteiras cedidas no trimestre

Descrição	Créditos Ativos	Créditos Baixados Prejuízo	Valor total da Cessão	Valor Pago
Renova Securitizadora S.A.	27.569	1.318.061	1.345.630	64.329
Total	27.569	1.318.061	1.345.630	64.329

Resultado com cessão de carteiras			
Descrição	2015	2014	
	1º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
Receitas com vendas ou transferência de carteiras	212.071	973.364	92.511
Lucros em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (1)	-	-	-
Valor Recuperado Prejuízo (1)	63.011	218.544	-
Reversão de Provisão (1)	27.578	628.152	-
Receitas vinculadas a cessões (2)	121.482	126.668	92.511
Despesas com vendas ou transferências de carteiras	(146.597)	(915.589)	(92.384)
Despesas vinculadas a cessões (2)	(120.337)	(127.345)	(92.384)
Prejuízos de obrigações por operações vinculadas à cessão (1)	(26.260)	(788.244)	-
Despesas com provisão carteiras cedidas com coobrigação (2)	(31.426)	4.694	(2.178)
Resultado	34.048	62.469	(2.051)

(1) Cessão de créditos, sem coobrigação, para a EMGEA e Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros SA.

(2) Cessão de créditos, com coobrigação, para companhias securitizadoras e contabilizados de acordo com a Res. CMN 3.533/08.

No decorrer do 1º trimestre de 2015 foi realizado entre a CAIXA e a Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros SA cessão onerosa de crédito no valor de R\$ 1.345.630.

No decorrer do 2º semestre de 2014 foi firmado entre a CAIXA e a Empresa Gestora de Ativos – EMGEA contrato de cessão de créditos sem coobrigação no valor de R\$ 7.219.379, gerando um resultado líquido positivo de R\$ 139.806. Ainda nesse período, foi também firmado entre a CAIXA e a Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros SA contrato de cessão onerosa de crédito no valor de R\$ 1.050.969.

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, a Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

A classificação como retenção substancial dos riscos e benefícios, nas operações de cessões de crédito, configura-se pela coobrigação nas cessões de crédito. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

No decorrer do 2º semestre de 2014 foram realizadas junto a RB Capital Securitizadora Residencial S.A, cessões de créditos de operações imobiliárias com coobrigação no valor de R\$ 1.783.082.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f.2) Carteiras adquiridas

Resultado com carteiras adquiridas			
Descrição	2015	2014	
	1º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
Modalidade com coobrigação (1)	19.591	23.374	73.427
Rendas de Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	21.233	27.977	82.617
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	(1.642)	(4.603)	(9.190)
Modalidade sem coobrigação (2)	556.870	494.019	364.118
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	556.501	494.672	364.235
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	369	(653)	(117)
Resultado	576.461	517.393	437.545

(1) Carteiras adquiridas no período dos Bancos Cruzeiro do sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Banco PAN.

(2) Carteiras adquiridas no período do Banco PAN.

(g) Concentração dos principais devedores

Descrição	31/03/2015	%	31/12/2014	%	31/03/2014	%
Principal devedor	11.500.923	1,83	11.269.806	1,86	11.437.803	2,20
10 maiores devedores	43.095.953	6,88	42.036.699	6,95	37.852.761	7,28
20 maiores devedores	58.105.195	9,27	56.786.112	9,39	49.244.758	9,47
50 maiores devedores	78.990.654	12,60	77.560.357	12,82	64.281.469	12,37
100 maiores devedores	91.577.707	14,61	89.805.708	14,84	73.536.065	14,15

(h) Movimentação da carteira de renegociação

Descrição	2015	2014	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Operações renegociadas	2.705.500	2.632.348	2.491.770
Operações comerciais	2.542.563	2.559.104	2.212.821
Operações habitacionais	162.937	73.244	278.949
Operações recuperadas	308.035	608.779	280.443
Operações comerciais	290.773	449.194	235.201
Operações habitacionais	17.262	159.585	45.242

(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

Descrição	2015	2014	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Saldo inicial	(26.806.599)	(26.056.862)	(23.966.296)
Constituição de provisão no período	(5.076.015)	(8.045.818)	(2.512.992)
Reversão de provisão no período	48.560	4.599.769	34.776
Transferência para prejuízo	3.437.428	2.696.312	2.090.469
Saldo final	(28.396.626)	(26.806.599)	(24.354.043)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 9 – Outros créditos**(a) Composição**

Descrição	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Créditos por avais e fianças honrados	32.033	29.185	28.631
Carteira de câmbio – nota 9 (c)	3.352.107	2.506.525	853.587
Rendas a receber	3.437.641	2.971.952	2.419.318
Dividendos e JCP a receber	248.680	193.288	206.019
Convênios setor privado	109.487	93.957	135.226
Convênios setor público	394.550	352.279	455.067
Administração de fundos de investimento	46.959	48.089	101.146
Administração de fundos e programas sociais	2.273.889	1.988.092	1.250.218
Repasses OGU	350.836	190.080	180.652
Outras rendas a receber	13.240	106.167	90.990
Negociação e intermediação de valores	1.126	2.766	9.007
Créditos específicos	760.186	765.593	749.092
Diversos – nota 9 (b)	51.582.462	54.034.623	50.325.841
Provisão para outros créditos	(337.954)	(286.252)	(312.239)
Total	58.827.601	60.024.392	54.073.237
Ativo circulante	31.004.533	34.458.544	40.171.275
Ativo não circulante	27.823.068	25.565.848	13.901.962

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outros créditos – diversos

Descrição	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2013
Créditos tributários – (Nota 20)	26.450.335	25.189.610	20.555.363
Devedores por depósitos em garantia – (Nota 30 (c))	12.714.615	12.625.576	11.694.733
Adiantamentos e antecipações salariais	555.402	190.724	465.519
Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio	-	1.400.065	-
Impostos e contribuições a compensar	929.386	1.051.828	533.008
Cartão de crédito (1)	6.778.340	7.313.709	6.036.680
Prêmio em aquisição de carteiras	1.242.765	1.188.447	1.085.627
Seguros a receber	122.740	125.950	103.536
Créditos adquiridos	559.518	684.730	2.297.977
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	334.035	280.194	1.861.335
Valores a receber – royalties (2)	16.168	17.260	1.767.916
Valores a receber – FND	423.490	410.761	394.782
Valores a receber - correspondentes bancários	84.761	146.546	166.706
Valores a receber - resgate de bônus	99.705	97.994	93.074
Valores a receber - convênios de arrecadação e pagamentos	47.188	47.118	264.351
Valores a receber - créditos administrados	26.412	25.630	31.696
Valores a receber - planos de saúde autogestão	32.292	22.224	19.542
Valores a receber – TVM no exterior	-	344.967	-
Valores a apropriar (3)	2.281.197	3.976.683	2.749.276
Outros devedores	367.777	376.953	263.422
Desconto em outros ativos financeiros (Nota 7 (b))	(1.411.087)	(1.411.087)	-
Provisão para perdas - diversos (4)	(72.577)	(71.259)	(58.702)
Total	51.582.462	54.034.623	50.325.841
Ativo circulante	23.734.539	28.440.582	36.384.046
Ativo não circulante	27.847.923	25.594.041	13.941.795

- (1) Inclui R\$ 6.628.530 (31/03/2014 – 5.939.948) de créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8 (a)) e anuidades de cartões de crédito, que não possuem característica de concessão de crédito.
- (2) Variação em 2014 refere-se à liquidação do contrato de aquisição de royalties e participações especiais decorrentes da exploração de petróleo e gás natural da RIOPREVIDENCIA.
- (3) Ativos classificados em contas transitórias, principalmente, liberações de crédito imobiliário/infraestrutura e resgates de aplicações financeiras.
- (4) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Carteira de câmbio

Descrição	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Ativo - outros créditos			
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira	22.072	19.581	12.476
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional	3.292.575	2.467.809	834.679
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - ACC/ACE	41.190	20.896	12.320
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional	(3.730)	(1.761)	(5.888)
Ativo circulante	3.352.107	2.506.525	853.587
Passivo - Outras obrigações			
Câmbio vendido a liquidar – moeda estrangeira	150.661	165.694	106.078
Obrigações por compras de câmbio – moeda nacional	2.489.605	2.104.398	716.816
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - ACC/ACE	(2.334.877)	(1.927.430)	(618.252)
Passivo circulante (Nota 18 (a))	305.389	342.662	204.642

(c.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2015	2014	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Receitas	8.695.856	7.572.285	3.608.446
Disponibilidade em moeda estrangeira	6.871.464	4.892.743	2.282.314
Títulos emitidos no exterior	1.800.005	2.666.744	1.321.341
Outras	24.387	12.798	4.791
Despesas	(10.869.203)	(8.247.068)	(3.458.507)
Despesas de variações e diferenças de taxas	(6.316.590)	(4.658.530)	(2.362.105)
Títulos emitidos no exterior	(4.552.423)	(3.588.398)	(1.096.285)
Outras	(190)	(140)	(117)
Resultado de câmbio	(2.173.347)	(674.783)	149.939

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável.

Também é composto por despesas antecipadas relativas, essencialmente, à antecipação do décimo terceiro salário dos empregados e de despesas com propaganda e publicidade.

Descrição	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Bens não de uso próprio	1.674.023	1.567.595	1.083.691
Imóveis patrimoniais não de uso	232.497	224.992	155.848
Imóveis adjudicados/arrematados	1.441.526	1.342.603	927.843
Despesas antecipadas	115.084	46.143	109.145
Material de consumo	32.247	35.037	22.913
Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	(93.048)	(90.591)	(30.425)
Total	1.728.306	1.558.184	1.185.324

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

Descrição	2015	2014	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Saldo inicial	(90.591)	(31.785)	(31.614)
Constituição	(8.793)	(63.499)	(22.065)
Baixas	6.336	4.693	23.254
Saldo final	(93.048)	(90.591)	(30.425)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

A carteira de investimento consolidada é composta essencialmente por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR exerce influência significativa ou possui controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Descrição	Investimento			Resultado de Equivalência Patrimonial		
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014	2015		2014
				1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.612.357	2.437.271	2.187.793	233.035	166.184	189.240
Banco PAN	994.167	1.020.949	479.413	(60.924)	19.103	(15.139)
Capgemini	228.782	236.891	266.424	(8.110)	(7.432)	(15.238)
Elo Serviços	16.703	14.931	14.714	1.773	2.478	1.845
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	6.878	6.880	6.695	22	80	75
Caixa Seguros Participações - CSP	-	-	42.399	-	(2.192)	1.922
Crescer	436	-	8.084	2.407	(7.863)	(5.075)
Branes	1.801	1.841	1.897	(40)	(18)	(30)
BIAPE	611	619	585	(9)	(313)	-
FGO – Fdo. Garantia de Operações (1)	79.347	91.943	201.552	-	-	-
FGHAB – Fdo. Garantidor Hab. Popular (1)	222.790	210.991	176.294	-	-	-
Fundo de Investim. em Participações (1)	32.618	39.059	39.045	(6.442)	(323)	(178)
TECBAN	60.645	58.976		1.670	3.795	
PAN Corretora	26.000	24.500		1.501	-	
Outros investimentos (1)	8.932	43.599	51.361	-	-	-
Total	4.292.067	4.188.450	3.476.256	164.883	173.499	157.422

(1) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

Ágios na aquisição de investimentos			
Descrição	2015		2014
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Saldo anterior	226.159	237.799	272.719
Amortizações	(11.640)	(11.640)	(11.639)
Saldo atual	214.519	226.159	261.080

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 12 – Imobilizado de uso

Em junho/2014 a CAIXA alterou o critério de apuração da depreciação dos imóveis de uso, em conformidade com as determinações do COSIF - Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional. Esse ajuste não apresenta materialidade para reapresentação dos valores comparativos dos períodos de 31/03/2014.

Com o índice de imobilização apurado de 14,26% (31/12/2014 – 14,43%; 31/03/2014 – 14,66%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência a partir de 31/12/2002.

Informações do imobilizado de uso							
Descrição	31/03/2015			31/12/2014			31/03/2014
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Imóveis de uso	1.312.394	(384.730)	927.664	1.258.361	(355.224)	903.137	621.493
Edificações	1.250.661	(384.730)	865.931	1.196.546	(355.224)	841.322	564.372
Terrenos	61.733	-	61.733	61.815	-	61.815	57.121
Reavaliações de imóveis de uso	731.593	(184.304)	547.289	739.998	(178.338)	561.660	579.959
Edificações	535.257	(184.304)	350.953	540.437	(178.338)	362.099	379.906
Terrenos	196.336	-	196.336	199.561	-	199.561	200.053
Outras imobilizações de uso	6.846.655	(4.543.788)	2.302.867	6.709.767	(4.420.524)	2.289.243	2.063.257
Imobilizações em curso	32.458	-	32.458	32.401	-	32.401	38.962
Inst., móveis e equip. de uso	1.446.508	(779.421)	667.087	1.434.613	(762.772)	671.841	629.170
Sistema de comunicação	91.424	(74.696)	16.728	91.922	(74.215)	17.707	20.190
Sistema de proc.de dados	4.896.435	(3.421.309)	1.475.126	4.771.998	(3.321.961)	1.450.037	1.275.220
Sistema de transporte e segurança	379.830	(268.362)	111.468	378.833	(261.576)	117.257	99.715
Total	8.890.642	(5.112.822)	3.777.820	8.708.126	(4.954.086)	3.754.040	3.264.709

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações do imobilizado de uso						
Descrição	31/12/2014	Adições (1)	Baixas	Depreciação	31/03/2015	31/03/2014
Imóveis de uso	903.137	84.816	(283)	(60.006)	927.664	621.493
Edificações	841.322	84.816	(201)	(60.006)	865.931	564.372
Terrenos	61.815	-	(82)	-	61.733	57.121
Reaval. de imóveis de uso	561.660	-	(7.063)	(7.308)	547.289	579.959
Edificações	362.099	-	(3.838)	(7.308)	350.953	379.906
Terrenos	199.561	-	(3.225)	-	196.336	200.053
Outras imobilizações de uso	2.289.243	175.313	(4)	(161.685)	2.302.867	2.063.257
Imobilizações em curso	32.401	57	-	-	32.458	38.962
Inst., móveis e equip. de uso	671.841	19.904	-	(24.652)	667.087	629.170
Sistema de comunicação	17.707	-	-	(979)	16.728	20.190
Sistema de proc.de dados	1.450.037	150.991	(4)	(125.904)	1.475.126	1.275.220
Sist. de transp./segurança	117.257	4.361	-	(10.150)	111.468	99.715
Total	3.754.040	260.129	(7.350)	(228.999)	3.777.820	3.264.709

Nota 13 – Intangível

Descrição	31/03/2015				31/12/2014				31/03/2014
	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.830.466	(890.490)	(6.314)	1.933.662	2.797.650	(825.011)	(6.168)	1.966.471	1.598.584
Outros ativos intangíveis	370.855	(50.100)	-	320.755	370.855	(45.987)	-	324.868	290.907
Projetos logiciais - Software	1.153.252	(275.239)	-	878.013	1.100.443	(245.336)	-	855.107	661.641
Total	4.354.573	(1.215.829)	(6.314)	3.132.430	4.268.948	(1.116.334)	(6.168)	3.146.446	2.551.132

Descrição	31/12/2014	31/03/2015			31/03/2014
	Líquido	Movimentação			Líquido
		Adições	Baixas	Amortizações	
Aquisição de folha de pagamento	1.966.471	78.966	(3.136)	(108.639)	1.933.662
Outros ativos intangíveis	324.868	-	-	(4.113)	320.755
Projetos logiciais - Software	855.107	60.223	-	(37.317)	878.013
Total	3.146.446	139.189	(3.136)	(150.069)	3.132.430

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 14 – Depósitos

(a) Composição

Descrição	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Depósitos à vista – sem remuneração	25.813.088	27.013.964	24.311.405
Pessoas físicas	11.652.176	12.323.481	9.654.301
Pessoas jurídicas	11.051.858	11.550.896	11.265.510
Vinculados	1.821.363	1.842.482	2.081.216
Governo	771.547	918.168	985.189
Moedas estrangeiras	32.632	11.023	915
Instituições do sistema financeiro	61.386	60.575	38.065
Entidades públicas	289.095	170.142	183.760
Outros	133.031	137.197	102.449
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	233.150.487	236.836.068	214.614.189
Pessoas físicas	230.984.736	234.391.366	211.495.005
Pessoas jurídicas	2.163.390	2.442.270	3.116.683
Vinculados	2.361	2.432	2.501
Depósitos interfinanceiros	2.354.188	3.663.877	3.394.764
Depósitos a prazo	148.433.438	143.055.444	121.891.699
Remuneração prefixada	70.647.278	66.772.385	57.722.408
Depósitos a prazo em moeda nacional	70.647.278	66.772.385	57.722.408
Remuneração pós-fixada	77.786.160	76.283.059	64.169.291
Depósitos a prazo em moeda nacional	22.578.427	22.826.263	17.758.037
Depósitos judiciais com remuneração	55.207.733	53.456.796	46.411.254
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.678.328	8.476.386	10.359.345
Sem remuneração	275.180	263.759	263.461
Remuneração prefixada	504.835	494.003	465.195
Remuneração pós-fixada	9.898.313	7.718.624	9.630.689
Total	420.429.529	419.045.739	374.571.402
Passivo circulante	341.589.258	341.467.033	315.499.208
Passivo não circulante	78.840.271	77.578.706	59.072.194

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Depósitos à vista	25.813.088	-	-	-	25.813.088	27.013.964	24.311.405
Depósitos de poupança	233.150.487	-	-	-	233.150.487	236.836.068	214.614.189
Depósitos interfinanceiros	-	194.337	1.688.066	471.785	2.354.188	3.663.877	3.394.764
Depósitos a prazo	55.235.695	3.522.973	11.306.284	78.368.486	148.433.438	143.055.444	121.891.699
CDB	13.222	3.522.973	11.306.284	78.368.486	93.210.965	89.583.966	75.454.480
Depósitos judiciais	55.207.733	-	-	-	55.207.733	53.456.796	46.411.254
Outros	14.740	-	-	-	14.740	14.682	25.965
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.678.328	-	-	-	10.678.328	8.476.386	10.359.345
Total	324.877.598	3.717.310	12.994.350	78.840.271	420.429.529	419.045.739	374.571.402

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	2015	2014	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Depósitos de poupança	(3.948.570)	(3.903.643)	(3.389.086)
Depósitos interfinanceiros	(66.448)	(87.640)	(42.885)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(2.544.859)	(2.445.850)	(1.743.027)
Depósitos judiciais	(761.615)	(740.353)	(616.468)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(315.914)	(244.606)	(251.855)
Outras captações	(168.455)	(160.552)	(136.010)
Total	(7.805.861)	(7.582.644)	(6.179.331)

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	5.078.077	2.901.111	5.034.240
Depósitos - Especiais com remuneração	1.862.146	1.824.348	1.715.756
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (d.2)	1.566.617	1.763.026	1.714.388
Depósitos – FISANE	9.164	9.010	8.568
Depósitos – PRODEC	52.909	52.047	50.539
Programa de Integração Social – PIS	119.692	22.671	51.446
Fundo Garantia Safra – FGS	15.888	9.083	7.085
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	60.517	69.166	68.538
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	378.632	383.860	370.273
Depósitos - Pró-frota Pesqueira	8.107	7.945	8.118
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS	10.913	10.447	8.465
Depósitos – PREVHAB	640.463	623.966	536.439
Saúde CAIXA	275.180	263.759	263.461
Outros	600.023	535.947	522.029
Total	10.678.328	8.476.386	10.359.345

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	Taxa de Remuneração	2015	2014	
		1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Depósitos - FGTS	Selic	(183.538)	(114.055)	(140.517)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(27.419)	(25.962)	(22.962)
Depósitos - FISANE	TR	(154)	(153)	(140)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(862)	(895)	(857)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(16.852)	(11.487)	(10.176)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	-	(613)	(322)
Depósitos - FAR	Selic	(450)	(4.359)	(6.768)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(3.921)	(10.718)	(8.841)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(10.885)	(8.668)	(6.913)
Depósitos - FAS	TR	(9.148)	(35)	(12)
Depósitos - PREVHAB	Selic	(25)	(16.892)	(13.742)
Depósitos - Caução	TR	(17.603)	(2.003)	(1.681)
Depósitos - FCA	Extra - mercado	(2.070)	(11.192)	(9.346)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(11.508)	(31.177)	-
Outros		(31.479)	(6.397)	(29.578)
Total		(315.914)	(244.606)	(251.855)

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e, à medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT nº 439/2005 e nº 489/2006.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT			31/03/2015			31/12/2014			31/03/2014		
		Forma	Data	Data Final	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas					136.326	1.355.794	1.492.120	462.236	1.226.330	1.688.566	177.651	1.462.299	1.639.950
Proger urbano					70.777	994.621	1.065.398	374.230	844.004	1.218.234	110.006	1.016.361	1.126.367
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	70.777	994.621	1.065.398	374.230	844.004	1.218.234	110.002	1.011.908	1.121.910
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	-	-	-	-	-	-	25	25
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	-	-	-	-	-	-	4	4.428	4.432
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007	-	-	-	-	-	-	-	656	4.376	5.032
FAT infraestrutura				-	64.308	357.728	422.036	64.789	378.609	443.398	66.238	438.904	505.142
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	64.308	357.728	422.036	64.789	378.609	443.398	66.238	438.904	505.142
FAT – PNMPO					1.241	3.445	4.686	23.217	3.717	26.934	751	2.658	3.409
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	1.241	3.445	4.686	23.217	3.717	26.934	751	2.658	3.409
Linhas de crédito especiais					308	74.189	74.497	300	74.160	74.460	279	74.159	74.438
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	-	308	74.189	74.497	300	74.160	74.460	279	74.159	74.438
Total					136.634	1.429.983	1.566.617	462.536	1.300.490	1.763.026	177.930	1.536.458	1.714.388

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 15 – Captações no mercado aberto

(a) Composição

Descrição	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Carteira própria (1)	84.899.690	76.689.005	68.601.023
Letras financeiras do tesouro	39.050	-	405.613
Letras do tesouro nacional	45.338.096	41.115.381	33.521.819
Notas do tesouro nacional	31.964.422	27.661.569	30.996.217
Debêntures	7.051.322	7.380.696	3.677.374
Certificados de recebíveis imobiliários	506.800	531.359	-
Carteira de terceiros	76.782.299	96.080.879	68.198.329
Letras financeiras do tesouro	15.125.892	6.876.951	6.349.669
Letras do tesouro nacional	5.541.811	34.742.305	10.118.685
Notas do tesouro nacional	56.114.596	54.461.623	51.729.975
Total	161.681.989	172.769.884	136.799.352
Passivo circulante	154.629.570	165.935.128	134.170.834
Passivo não circulante	7.052.419	6.834.756	2.628.518

(1) Valores calculados considerando o “PU de Garantia” do papel vinculado.

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	2015	2014	2015
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Carteira própria	(2.237.202)	(2.119.059)	(1.515.897)
Carteira de terceiros	(3.225.137)	(3.140.374)	(2.086.889)
Carteira de livre movimentação	(649)	(114.669)	-
Total	(5.462.988)	(5.374.102)	(3.602.786)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos
(a) Recursos de letras

Depósitos	Indexador	Vencimento				31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Letra hipotecária	IGP-M	-	-	-	618.642	618.642	622.177	599.522
Letra hipotecária	INPC	-	-	-	12.926	12.926	13.522	11.986
Letra hipotecária	TR	-	187	-	-	187	1.842	7.850
Letra imobiliária	IGP-M	-	-	-	9.192	9.192	9.011	8.906
Letra imobiliária	CDI	10.030.691	9.853.636	19.916.880	58.280.393	98.081.600	86.641.772	58.922.882
Letra financeira	CDI	588.212	2.208.561	11.753.793	24.561.600	39.112.166	37.075.325	27.839.000
Letra financeira	IPCA	-	-	-	855.233	855.233	800.129	627.851
Letra de crédito do agronegócio	CDI	40.738	211.877	633.876	838.476	1.724.967	1.807.449	2.499.923
Total		10.659.641	12.274.261	32.304.549	85.176.462	140.414.913	126.971.227	90.517.920
Passivo circulante						55.238.450	45.743.859	41.040.803
Passivo não circulante						85.176.463	81.227.368	49.477.117

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Despesas com recursos de letras

Descrição	2015	2014	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Letras imobiliárias	(2.344.759)	(1.995.443)	(1.173.028)
Letras hipotecárias	(28.981)	(27.909)	(30.647)
Letras financeiras	(1.159.686)	(1.029.147)	(655.753)
Letras de crédito do agronegócio	(46.711)	(57.388)	(58.419)
Total	(3.580.137)	(3.109.887)	(1.917.847)

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

A CAIXA realizou a emissão de títulos no exterior com o objetivo de construir uma fonte alternativa de captar recursos de longo prazo para financiamento de suas operações ativas. Até 31/12/2014 foram realizadas cinco emissões internacionais, sendo 4 tranches seniores e 1 subordinada (Nota 18 (d1)), cujas características são apresentadas a seguir:

Título	Moeda	Valor emitido	Remuner . a.a.	Data Captação	Vencim.	31/03/2015 (1)	31/12/2014 (1)	31/03/2014 (1)
1ª série	US\$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	3.235.826	2.519.469	2.270.805
2ª série	US\$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.624.259	1.259.734	1.135.403
3ª série	US\$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	4.084.009	3.424.702	2.839.132
4ª série	US\$	1.300.000.000	4,25%	mai/14	mai/19	4.229.584	3.573.945	-
Total						13.173.678	10.777.850	6.245.340

(1) Valores em milhares de R\$.

(d) Resultado com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Descrição	2015	2014	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Marcação a mercado de TVM no exterior	192.602	(33.563)	(86.330)
Juros e deságio com TVM no exterior	(26.426)	(25.458)	-
Administrativas e tributárias	(186.051)	(96.468)	(70.308)
Total	(19.875)	(155.489)	(156.638)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Repasses no país	183.059.923	177.431.598	165.515.936
FGTS	149.255.332	145.033.444	138.432.528
BNDES	30.815.612	29.705.446	25.068.175
Tesouro Nacional – PIS	689.697	780.580	735.618
Outras instituições	2.299.282	1.912.128	1.279.615
Empréstimos no exterior	9.344.936	5.450.039	3.085.359
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	2.949.396	2.020.285	620.727
Demais linhas de crédito	6.395.540	3.429.754	2.464.632
Total de obrigações por empréstimos e repasses	192.404.859	182.881.637	168.601.295
Passivo circulante	8.973.325	7.009.426	2.937.871
Passivo não circulante	183.431.534	175.872.211	165.663.424

(a) Repasses no país

Compostos, principalmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

(b) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto, substancialmente por empréstimos tomados junto a instituições financeiras no exterior sujeitos a juros de até 2,4050% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, com vencimentos até 2017. Os demais recursos tomados no exterior referem-se a captação de linhas de crédito, sujeitos a taxa de juros de até 1,5224% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2016.

(c) Despesas com obrigações por empréstimos/repasses

Descrição	2015	2014	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
FGTS	(2.632.541)	(2.675.999)	(2.247.330)
BNDES	(431.882)	(390.743)	(344.183)
Tesouro Nacional – PIS	(12.675)	(13.719)	(10.807)
Empréstimos no exterior	(502.165)	(163.983)	(46.822)
Fundo marinha mercante	(261.753)	(94.701)	(19.529)
Outras instituições	(18.060)	(27.049)	(16.139)
Total	(3.859.076)	(3.366.194)	(2.684.810)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

Descrição	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.370.928	342.884	1.535.433
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	305.389	342.662	204.642
Sociais e estatutárias	584.890	1.874.197	535.068
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.573.365	2.188.492	2.612.629
Negociação e intermediação de valores	136.172	70.597	77.588
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	8.925.914	10.107.859	8.058.228
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	2.471.771	1.900.636	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	20.451.374	20.177.205	40.947.750
Diversas (Nota 18 (e))	48.462.141	51.219.349	40.754.513
Total	85.281.944	88.223.881	94.725.851
Passivo circulante	53.866.571	58.929.801	54.472.030
Passivo não circulante	31.415.373	29.294.080	40.253.821

(b) Fiscais e previdenciárias

Descrição	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Tributos sobre salários a recolher	458.538	420.826	403.627
Tributos sobre serviços a recolher	236.093	244.495	217.721
Tributos sobre lucros a recolher	603.717	280.632	563.664
Imposto de renda	202.971	98.780	245.347
Contribuição social	127.295	43.032	108.097
COFINS	232.700	119.216	180.995
PASEP	40.751	19.604	29.225
Tributos diferidos	1.105.588	1.078.575	1.230.446
Reavaliação – edificações	139.646	144.104	152.025
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	302.772	273.846	234.162
Contratos futuros	631.212	627.790	624.339
Benefícios pós-emprego	-	-	116.805
Tarifas a receber da União	31.958	32.835	52.436
Outros	-	-	50.679
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	169.429	163.964	197.171
Total	2.573.365	2.188.492	2.612.629
Passivo circulante	2.433.719	2.044.388	2.460.604
Passivo não circulante	139.646	144.104	152.025

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela CAIXA.

Descrição	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Fundos e programas sociais	7.470.725	8.074.813	6.791.845
FGTS	3.559.055	4.100.400	2.994.792
Minha Casa Minha Vida	2.910.594	2.876.925	2.624.326
Programa de subsídio à habitação (PSH)	276.654	281.990	274.836
Programas de transferência de renda	157.627	140.812	229.121
Outros fundos e programas	566.795	674.686	668.770
Fundos financeiros e de desenvolvimento	678.298	549.281	453.666
PIS	676.877	497.803	452.252
FAT	-	50.060	5
FINSOCIAL	1.421	1.418	1.409
Operações com loterias	776.891	1.483.765	812.717
Total	8.925.914	10.107.859	8.058.228

(d) Instrumentos de Dívida elegíveis a capital**(d.1) Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II**

A CAIXA possui 18 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 05 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS, 12 Letras Financeiras Subordinadas – LFS e 01 Nota Subordinada – NS no Exterior, conforme detalhamento nos itens subsequentes.

O valor total captado por meio destes IFS compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Instrumento de Dívida Subordinada – IDS

A CAIXA possui 05 (cinco) instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do Patrimônio de Referência – PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.192/13, contratados com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS nos anos de 2005, 2011, 2012 e 2014.

O Conselho Curador do FGTS aprovou, através da Resolução CCFGTS nº 748/14 de 5 de junho de 2014, proposta de contratação de instrumentos de dívida subordinada entre a CAIXA e o FGTS no valor de até R\$ 10.000.000 (dez bilhões de reais), em tranches de acordo com a expectativa de contratação de novas operações com recursos do FGTS.

Em 2014 a CAIXA e o FGTS assinaram 02 contratos referentes à primeira e segunda tranches, no valor total de R\$ 7.000.000 (sete bilhões de reais).

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Letras Financeiras Subordinadas – LFS

Ao longo do primeiro trimestre de 2015, a CAIXA captou R\$ 6.000 em um total de 05 Letras Financeiras Subordinadas no mercado local. A CAIXA possui 12 LFS no valor de face total de R\$ 234.900, todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

Nota Subordinada – NS

A CAIXA captou com sucesso US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) no mercado internacional, no dia 16/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (*call*) no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% ao ano.

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro, e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem *reset* de cupom após o 5º ano e cláusula de “absorção de perdas” com eventual *write off* de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital Principal inferior a 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) Determinação pelo Banco Central do Brasil de não viabilidade do banco.

Em outubro de 2014 o BACEN considerou a NS elegível. Assim, a partir de outubro de 2014 o instrumento passou a compor o Nível II do Patrimônio de Referência da CAIXA.

Vencim.	Rem. a.a.	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amort.	Saldo devedor 31/03/2015	Saldo devedor 31/12/2014	Saldo devedor 31/03/2014
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS								
fev/2020	6,300%	out/05	3.439.717	2.524.579	(1.762.932)	4.201.364	4.404.309	5.011.036
abr/2026	5,996%	ago/11	3.000.000	771.754	-	3.730.386	3.708.587	3.526.751
jul/2032	5,082%	jun/12	3.000.000	484.955	-	3.456.082	3.434.019	3.286.928
dez/2033	5,15%	out/14	3.000.000	82.948	-	3.079.890	3.007.518	-
fev/2038	4,80%	dez/14	4.000.000	66.369	-	4.064.967	4.000.000	-
Letra Financeira elegível – Nível II								
jun/2020	110%CDI	jun/14	10.000	1.029	-	11.029	10.699	-
jul/2019	110%CDI	jul/14	17.400	1.621	-	19.021	18.451	-
dez/2021	110%CDI	dez/14	1.500	60	-	1.560	1.513	-
jun/2024	100%IPCA	jun/14	200.000	23.885	-	223.885	213.388	-
fev/2025	100% IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	29	-	1.229	-	-
fev/2025	100% IPCA + 6,65%	fev/15	1.200	24	-	1.224	-	-
fev/2025	100% IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	62	-	2.462	-	-
mar/2025	100% IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	21	-	1.221	-	-
TVM no exterior elegível – Nível II								
jul/2024	7,25%	jul/14	1.106.450	550.604	-	1.657.054	1.378.721	-
Total				4.507.940	(1.762.932)	20.451.374	20.177.205	11.824.715

Informações adicionais sobre os Instrumentos Financeiros Subordinados estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3, em: www.caixa.gov.br, menu “Sobre a Caixa”.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui 06 Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD) autorizados a compor seu Capital Principal e não possui instrumentos híbridos contratados com características de Capital Complementar.

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como Instrumento Híbrido de Capital e Dívida – IHCD, conforme definido, à época, pela Resolução CMN nº 3.444/2007. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular nº 348 celebrado entre a União e a CAIXA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, em outubro de 2009 a CAIXA firmou o contrato IHCD nº 504, com a liberação dos valores em duas tranches: R\$ 2.000.400 em outubro de 2009 e R\$ 3.999.600 em janeiro de 2010.

Em 20 de setembro de 2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 13.000.000, em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como capital. Nesse sentido a CAIXA assinou os contratos IHCD nº 752 e nº 754 em setembro de 2012 nos valores de R\$ 6.800.000 e R\$ 6.200.000, respectivamente.

Os IHCDs nº 348, 504, 752 e 754 foram contratados durante a vigência da Resolução CMN nº. 3.444/07, com cláusulas aderentes à qualificação como Capital a ser utilizado no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência, observados os limitadores existentes à época.

Haja vista a implementação das regras de Basileia III a partir de outubro de 2013, a CAIXA assinou em novembro de 2013 aditivos aos contratos nº 348, 504, 752 e 754 para adequação à Resolução CMN nº 4.192/13, sendo realizada nova solicitação ao Banco Central do Brasil – BACEN para elegibilidade da dívida como Nível I – Capital Principal.

Enquanto aguardava-se a autorização do BACEN para a classificação destes instrumentos híbridos como Nível I – Capital Principal, a partir de outubro de 2013 os contratos passaram a ser considerados como Nível I – Capital Complementar e tiveram o percentual de 10% a.a. aplicados como redutor, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.192/13.

Em julho de 2014, o BACEN considerou os contratos nº 348, 504, 752 e 754 elegíveis ao Nível I – Capital Principal do PR da CAIXA. Assim, o valor integral dos contratos passou a constar no Capital Principal da instituição e o redutor de 10% a.a. aplicado até junho de 2014 deixou de ser considerado.

Ainda, a CAIXA contratou em junho de 2013 R\$ 8.000.000 através dos IHCDs nº 868 (R\$ 3.000.000) e nº 869 (R\$ 5.000.000).

A Resolução CMN nº 4.192/13 determina, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de Capital Principal. Assim, informações adicionais sobre os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal podem ser verificadas na Nota 19 (b).

Discriminação	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
IHCD - elegíveis a capital (1)	-	-	28.057.996
Contrato 348	-	-	7.397.756
Contrato 504	-	-	7.549.642
Contrato 752	-	-	6.800.000
Contrato 754	-	-	6.310.598
IHCD - não elegíveis a capital (2)	2.471.771	1.900.636	1.065.039
Total	2.471.771	1.900.636	29.123.035

(1) Os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal podem ser verificados na Nota 19 (b).

(2) Composto por Juros Remuneratórios a pagar e Atualização Monetária não incorporada.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Diversas

Descrição	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Passivos atuariais - benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	12.057.663	11.665.078	7.452.098
Saúde Caixa	9.653.231	9.346.949	6.435.387
Auxílio e cesta alimentação	865.562	861.147	751.134
Planos de benefícios - previdência privada	1.538.870	1.456.982	265.577
Provisões para pagamentos a efetuar	4.518.259	4.099.103	3.927.973
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	12.743.541	15.289.661	12.556.883
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	3.054.725	2.836.810	3.080.401
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	2.793.301	2.575.029	2.682.927
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30)	-	-	65.111
Financiamentos imobiliários a liberar	6.755.736	7.926.702	5.825.454
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	1.800	60.531	243.727
Recursos vinculados a cessão de crédito (2)	5.175.297	5.496.219	4.166.223
Obrigações por convênios	599.642	622.597	192.646
Obrigações por contribuições ao SFH	69.854	67.681	70.888
Recursos do FGTS para amortizações	503.836	450.660	338.369
Valores a pagar a sociedades ligadas	188.372	129.189	150.697
Credores diversos exterior	115	89	1.116
Total	48.462.141	51.219.349	40.754.513

- (1) Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.
- (2) Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3533/2008

(f) Credores diversos – País

Descrição	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Cartões de crédito	6.787.006	7.328.476	5.868.680
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	65.787	59.256	67.038
Fornecedores	808.552	885.967	819.696
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	505.860	536.121	480.012
Crédito comercial – repasses	172.077	153.984	166.841
Crédito imobiliário – repasses	750.759	961.460	849.350
Obrigações com a União – repasses	42.209	41.607	38.982
Outros credores – poupança simplificada	500.184	500.195	499.836
Contas a pagar	159.576	158.468	1.116.284
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	56.807	54.695	46.291
Valores a restituir – penhor	95.623	144.601	142.780
Valores a apropriar (2)	2.466.192	4.152.811	2.015.673
Outros credores diversos	332.909	312.020	445.420
Total	12.743.541	15.289.661	12.556.883

- (1) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.
- (2) Passivos classificados em contas transitórias, principalmente, arrecadações de empréstimos comerciais/financiamentos habitacionais e aplicações financeiras em fundos de investimentos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 19 – Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28 de março de 2013, aprovou o Estatuto da CAIXA. Em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R\$ 22.054.802, exclusivamente integralizado pela União Federal.

(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal

O artigo 16 da Resolução CMN nº 4.192/13 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados e instrumentos híbridos de capital e dívida, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (going-concern).

Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações financeiras. Dessa forma, nas demonstrações contábeis individuais, os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Em observação às Medidas Provisórias 600/12 e 620/13 e em atenção aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 4.192/13, em junho de 2013, a CAIXA e a União assinaram dois Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD no valor total de R\$ 8.000.000 (Contrato nº 868 de R\$ 3.000.000 e nº 869 de R\$ 5.000.000).

Assim, os R\$ 8.000.000 contratados em junho de 2013, aderentes aos requisitos elencados na Resolução CMN nº. 4.192/13 para integrar o Capital Principal foram autorizados em agosto de 2013 pelo Banco Central do Brasil a compor integralmente o Nível I – Capital Principal do PR, onde passaram a compor também o PL da CAIXA para fins de evidenciação.

Em julho de 2014, o BACEN considerou os IHCDs nº 348, 504, 752 e 754 elegíveis à Nível I – Capital Principal, data onde passam a compor também o PL da CAIXA para fins de evidenciação.

Tais contratos foram aditados com cláusulas semelhantes aos contratos nº 868 e 869 e eram mantidos como Capital Complementar enquanto aguardavam autorização do BACEN para reclassificação ao Capital Principal.

Dessa forma, todos os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida da CAIXA são classificados como Capital Principal e, portanto, compõem o Patrimônio Líquido da CAIXA para fins de evidenciação. A tabela a seguir apresenta a posição dos contratos.

Discriminação	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Contrato 348	7.303.701	7.303.701	-
Contrato 504	7.453.659	7.453.659	-
Contrato 752	6.800.000	6.800.000	-
Contrato 754	6.310.598	6.310.598	-
Contratos 868 e 869	8.000.000	8.000.000	8.000.000
Total	35.867.958	35.867.958	8.000.000

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à Atualização Monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 14,58% (Nota 33), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(d) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

Descrição	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Reservas de reavaliação	398.783	408.392	383.668
Reservas de lucros	5.829.745	6.873.097	3.571.101
Reserva legal	2.325.326	2.325.326	2.005.496
Reserva estatutária – loterias	2.159.653	2.159.653	1.454.999
Reservas margem operacional	1.344.766	2.388.118	110.606

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

São assegurados dividendos sobre o lucro líquido ajustado de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio proporcionou redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R\$ 159.108 até 31/03/2015 (R\$ 118.729 até 31/03/2014).

Em 2015 foi repassado à União o montante de R\$ 1.072.774 a título de dividendos complementares do exercício de 2014 (R\$ 29.421 correspondente à atualização monetária).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)**(a) Créditos tributários**

A rubrica "créditos tributários" possui como valores relevantes:

- créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001;
- créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25%; créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15%; e
- créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo, atualizados para 31/03/2015 estão representados a seguir:

VALOR CONTÁBIL				
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2015	311.091	37.310	12.317.963	12.666.364
2016	178.982	-	6.862.779	7.041.761
2017	308.686	-	971.239	1.279.925
2018	432.410	-	502.267	934.677
2019	180.624	-	517.320	697.944
2020	-	-	525.727	525.727
2021 a 2024	-	-	3.303.937	3.303.937
Total	1.411.793	37.310	25.001.232	26.450.335
Valor presente	1.199.670	36.904	22.127.210	23.363.784

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Créditos Tributários								
	31/03/2015			31/12/2014			31/03/2014		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças temporárias:	14.392.571	8.439.438	22.832.009	13.255.468	7.757.179	21.012.647	11.272.139	6.558.066	17.830.205
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.370.578	5.458.195	14.828.773	8.686.523	5.078.505	13.765.028	7.294.412	4.212.496	11.506.908
Passivos atuariais	1.441.955	865.173	2.307.128	1.420.024	852.015	2.272.039	1.209.144	725.486	1.934.630
Provisões trabalhistas	763.681	458.209	1.221.890	709.202	425.521	1.134.723	770.100	462.060	1.232.160
Provisões cíveis	759.415	455.649	1.215.064	703.304	421.982	1.125.286	688.801	413.281	1.102.082
Despesas de captação não incorridas - IHCD	132.191	79.315	211.506				131.630	78.978	210.608
Provisão para perdas - FCVS a receber	481.141	288.685	769.826	481.141	288.685	769.826		-	
Ajuste a vr de mercado de títulos p/ negociação	492.699	295.620	788.319	409.154	245.493	654.647	414.566	248.739	663.305
Provisão p/ desvalorização de bens não de uso	8.721	5.232	13.953	8.106	4.864	12.970	7.606	4.564	12.170
Provisões fiscais	33.134	19.880	53.014	31.130	18.678	49.808	37.594	22.556	60.150
Outros	909.056	513.480	1.422.536	806.884	421.436	1.228.320	718.286	389.906	1.108.192
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:	1.411.791	37.310	1.449.101	1.556.090	123.941	1.680.031	1.701.737	264.310	1.966.047
Prejuízo fiscal a realizar	1.411.791	-	1.411.791	1.556.090	-	1.556.090	1.701.737		1.701.737
Base negativa de CSLL a realizar	-	-	-	-	-	-	-	76.819	76.819
Crédito de CSLL a 18% a realizar	-	37.310	37.310	-	123.941	123.941	-	187.491	187.491
Total dos créditos com impacto no resultado	15.804.362	8.476.748	24.281.110	14.811.558	7.881.120	22.692.678	12.973.876	6.822.376	19.796.252
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	397.738	238.643	636.381	603.445	362.067	965.512	381.259	228.756	610.015
Perdas atuariais CPC 33	836.244	501.746	1.337.990	836.243	501.747	1.337.990	-	-	-
Total dos créditos com impacto no patrimônio líquido	1.233.982	740.389	1.974.371	1.439.688	863.814	2.303.502	381.259	228.756	610.015
Total dos créditos tributários	17.038.344	9.217.137	26.255.481	16.251.246	8.744.934	24.996.180	13.355.135	7.051.132	20.406.267
Total dos créditos não constituídos	1.012.638	601.368	1.614.006	995.283	590.955	1.586.238	1.681.718	997.140	2.678.858

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Créditos Tributários								
	31/03/2015			31/12/2014			31/03/2014		
	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	Total
Total dos créditos com impacto no resultado	16.392	100.875	117.267	10.584	65.131	75.715	10.445	64.279	74.724
Ajuste a mercado	12.955	79.724	92.679	10.584	65.131	75.715	10.445	64.279	74.724
Despesas de captação não incorridas – IHCD	3.437	21.151	24.588	-	-	-	-	-	-
Total dos créditos c/ impacto no patrim. líquido	10.845	66.742	77.587	16.455	101.260	117.715	10.396	63.976	74.372
Ajuste a vr de mercado títulos disp. para venda	10.845	66.742	77.587	16.455	101.260	117.715	10.396	63.976	74.372
Total	27.237	167.617	194.854	27.039	166.391	193.430	20.841	128.255	149.096

(b) Movimentação do crédito tributário

Movimentação do Crédito Tributário			
Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31/12/2014	26.775.848	(1.586.238)	25.189.610
Constituição de diferenças temporárias no período	1.819.360	-	1.819.360
Reversão de provisão	27.768	(27.768)	-
Constituição PASEP/COFINS	41.552	-	41.552
Constituição sobre títulos disponíveis para venda	(369.258)	-	(369.258)
Realização do crédito tributário IRPJ	(144.297)	-	(144.297)
Baixa de crédito tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(86.632)	-	(86.632)
Saldo em 31/03/2015	28.064.341	(1.614.006)	26.450.335
Saldo em 31/03/2014	23.234.220	(2.678.857)	20.555.363

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Descrição	2015		2014			
	1º trimestre		4º trimestre		1º trimestre	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	683.235	683.235	470.722	470.722	1.942.112	1.942.112
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(170.803)	(102.485)	(117.674)	(70.608)	(485.522)	(291.317)
Efeitos tributários adições e exclusões	(492.860)	(288.022)	358.224	228.280	(75.833)	(45.551)
Juros sobre o capital próprio	192.944	115.767	162.175	97.305	87.101	182.480
Participação dos empregados nos lucros	47.667	28.600	121.982	73.190	60.593	159.496
Ativo fiscal diferido – Realização de PF e BN	128.784	78.144	(156.055)	(106.092)	135.854	181.678
Incentivo fiscal	17.224	-	(6)	-	17.136	-
Reserva de reavaliação	1.368	821	1.378	827	1.385	3.300
Part. em coligadas e controladas	47.250	28.350	39.079	24.713	40.963	24.578
Outros	(102.628)	(59.807)	(123.089)	(76.007)	(52.308)	(377.042)
Despesa corrente	(331.054)	(198.632)	286.014	171.608	(270.631)	(162.378)
Ativo fiscal diferido	992.804	595.627	951.911	573.490	81.979	(7.899)
Diferenças temporárias	1.137.101	682.259	823.575	495.672	217.832	130.696
Prejuízo fiscal / base negativa de CSLL	(144.297)	-	128.336	-	(135.853)	(81.527)
CSLL a 18%	-	(86.632)	-	77.818	-	(57.068)
Passivo Fiscal Diferido	(1.907)	(1.144)	(100.959)	(60.520)	105.916	63.549
Despesa diferida/marcação a mercado	(1.907)	(1.144)	(100.959)	(60.520)	105.916	63.549
Imp. de Renda e Contrib. Social do Período	659.843	395.851	1.136.966	684.578	(82.736)	(106.728)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

Descrição	2015	2014	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Resultado de operação de crédito	19.585.102	18.243.887	14.479.827
Operações compromissadas	4.360.089	4.107.025	2.396.398
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.236.994	1.847.301	1.798.637
Ativos financeiros disponíveis para venda	343.086	658.824	288.061
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.879.996	1.395.484	1.473.742
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	2.390.090	1.122.423	(42.522)
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	1.970.360	1.934.260	1.651.447
Créditos vinculados ao SFH	463.192	394.822	388.842
Resultado de operações de câmbio	-	-	149.939
Outras	193.032	61.655	198.721
Total	33.421.941	29.765.681	22.783.092

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

Descrição	2015	2014	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Operações com clientes	(11.003.636)	(10.360.285)	(7.802.439)
Operações com instituições financeiras	(66.448)	(87.640)	(42.885)
Operações compromissadas	(5.462.988)	(5.374.102)	(3.602.786)
Empréstimos, cessões e repasses	(3.859.076)	(3.366.194)	(2.684.810)
Resultado com câmbio	(2.173.347)	(674.783)	-
Depósitos especiais e fundos e programas	(315.914)	(244.606)	(251.854)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(5.027.455)	(3.446.049)	(2.478.216)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(146.597)	(915.589)	(92.384)
Total	(28.055.461)	(24.469.248)	(16.955.374)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

a) Receitas de prestação de serviços

Descrição	2015	2014	
	1º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
Tesouro Nacional e administração de fundos sociais	1.562.444	1.632.525	1.359.237
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	1.058.255	1.012.654	939.056
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	31.552	41.887	27.702
Programa de Integração Social (PIS)	10.250	26.251	10.666
Loterias federais	267.607	419.075	281.517
Financiamento Estudantil - (FIES)	113.295	83.096	59.986
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	17.051	17.142	19.556
Repasse Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	47.756	18.196	4.654
Seguro-desemprego	15.958	13.991	15.577
Outros	720	233	523
Rendas de cartões	379.871	390.396	348.506
Operações de crédito e garantias prestadas	495.042	489.962	384.912
Cobrança	163.321	163.997	155.285
Arrecadações	591.930	582.782	567.776
Fundos de investimentos e carteiras administradas	345.795	364.077	341.547
Conta corrente	64.210	56.197	23.902
Programa de transferência de renda	85.010	89.490	91.170
Prestados a ligadas	148.580	150.127	149.735
Outros serviços	95.834	87.319	79.548
Total	3.932.037	4.006.872	3.501.618

b) Rendas de Tarifas Bancárias

Descrição	2015	2014	
	1º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
Rendas de cartões	153.859	152.040	99.521
Operações de crédito e cadastro	240.407	230.448	195.637
Pacote de serviços	403.014	376.826	336.341
Contas de depósito	104.369	99.526	81.549
Transferência de recursos	47.792	46.811	36.490
Outras	4.633	3.956	3.032
Total	954.074	909.607	752.570

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	2015	2014	2015
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Proventos	(3.151.345)	(3.178.018)	(2.689.976)
Salários e proventos	(2.924.730)	(2.951.861)	(2.540.782)
Indenizações trabalhistas	(226.615)	(226.157)	(149.194)
Benefícios	(593.051)	(625.796)	(517.303)
Encargos sociais:	(1.161.466)	(1.174.602)	(1.032.806)
FGTS	(213.580)	(217.683)	(192.890)
Previdência social	(660.164)	(660.890)	(590.832)
Previdência complementar	(223.708)	(213.733)	(192.142)
Outros encargos	(64.014)	(82.296)	(56.942)
Outros	(37.589)	(48.988)	(44.648)
Total	(4.943.451)	(5.027.404)	(4.284.733)

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	2015	2014	2015
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Comunicações	(130.905)	(154.041)	(153.421)
Manutenção e conservação de bens	(206.000)	(224.923)	(227.610)
Água e energia	(106.368)	(81.170)	(75.233)
Aluguéis e arrendamento de bens	(371.611)	(342.390)	(320.936)
Despesas de material	(57.550)	(41.041)	(54.283)
Processamento de dados	(324.453)	(340.472)	(281.365)
Promoções e relações públicas	(89.665)	(96.005)	(63.832)
Propaganda e publicidade	(62.511)	(180.846)	(96.210)
Serviços do sistema financeiro	(120.178)	(116.519)	(100.982)
Serviços de terceiros	(419.859)	(379.120)	(399.158)
Serviços especializados	(160.562)	(160.295)	(160.713)
Serviços de vigilância e segurança	(198.453)	(198.360)	(219.019)
Amortização	(150.069)	(150.274)	(154.108)
Depreciação	(228.999)	(221.873)	(189.919)
Outras administrativas	(91.687)	(106.367)	(87.479)
Total	(2.718.870)	(2.793.696)	(2.584.268)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	2015	2014	2015
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Comissões e taxas s/ operações (1)	150.702	32.323	484.775
Comissões e taxas s/ operações - agente financeiro FGTS	889.156	1.088.658	823.201
Recuperação de despesas	317.290	362.196	293.633
Reversão de outras provisões operacionais	485.955	859.301	513.390
Receitas de dividendos	18.591	47.231	11.072
Atualização de depósitos em garantia	199.120	193.713	164.913
Rendas de créditos específicos	18.628	17.865	15.081
Receita de deságio na aquisição de royalties	847	837	45.592
Recuperação de despesas - PASEP/COFINS (2)	94.127	168.814	-
Atualização monetária sobre operações diversas (3)	122.714	460	222
Outras receitas operacionais	177.988	267.915	168.137
Total	2.475.118	3.039.313	2.520.016

- (1) Variação apresentada no exercício de 2014 refere-se essencialmente à repactuação de contrato da CAIXA com a EMGEA;
- (2) Recuperação de despesas com PASEP/COFINS decorrente da inclusão das despesas de juros com IHCD na base de cálculo, Lei nº 12.973/2014;
- (3) Variação apresentada no 1º trimestre de 2015 refere-se essencialmente à atualização monetária de valores a receber pela prestação de serviços ao OGU.

Nota 27 – Outras despesas operacionais

Descrição	2015	2014	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
FCVS a receber - provisão/perdas	(49.910)	(393.799)	(96.292)
Obrigações com fundos e programas	(244.413)	(743.431)	(140.259)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(197.127)	(134.206)	(474.939)
Despesas com cartão	(338.399)	(380.275)	(259.277)
Despesas com loterias	(56.249)	(58.919)	(44.555)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(582.846)	(588.517)	(487.535)
FGTS - arrecadação/pagamento	(128.021)	(116.702)	(122.135)
Serviços automatizados	(75.594)	(73.821)	(62.795)
Alavancagem de negócios	(117.267)	(128.211)	(78.757)
Gestão financ. c/ fundo de previdência	-	-	(77.735)
Operações de financiamentos imobiliários	(169.046)	(181.810)	(151.093)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(82.752)	(73.717)	(74.315)
Descontos de operações de crédito	(131.084)	(240.984)	(55.747)
Desp. com operações de fomento - atualização monetária	(6.716)	(21.486)	(64.493)
Despesas com títulos emitidos no exterior	(19.874)	(155.489)	(156.637)
Desp. provisões operacionais	(229.898)	(223.622)	(99.814)
Provisão para causas judiciais	(493.054)	(229.013)	(194.949)
Condenações judiciais	(8.162)	(17.983)	(30.774)
Benefícios sociais	(29.842)	(26.959)	(16.947)
Benefício pós-emprego	(369.318)	(209.642)	(209.648)
Outras	(288.570)	(212.553)	(225.113)
Total	(3.618.142)	(4.211.139)	(3.123.809)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 28 – Resultado não operacional

Descrição	2015	2014	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Receitas não operacionais	47.503	51.537	57.790
Lucro na alienação de valores e bens	13.480	18.910	21.124
Alienação de bens imóveis	7.902	4.651	10.763
Sobras de caixa não reclamadas	12.397	12.929	11.451
Multas e penalidades	6.282	10.044	11.700
Recuperação de perdas com fraudes	2.994	1.244	525
Outras rendas não operacionais	4.448	3.759	2.227
Despesas não operacionais	(169.840)	(255.416)	(125.512)
Desvalorização de outros valores e bens	(7.599)	(61.309)	(7.671)
Indenizações por perdas e danos	(42.151)	(48.791)	(42.691)
Perdas em imóveis	(11.482)	(8.994)	(8.478)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(54.805)	(93.441)	(43.736)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(7.859)	(7.056)	(5.755)
Perdas em cartões de crédito	(27.480)	(23.558)	(12.484)
Perdas em investimentos permanentes avaliados pelo custo	(12.598)	9.807	(7)
Outras despesas não operacionais	(5.866)	(22.074)	(4.690)
Total	(122.337)	(203.879)	(67.722)

Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	2015	2014	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Contribuição COFINS	(519.585)	(494.220)	(510.048)
PIS/PASEP	(84.511)	(80.607)	(82.885)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(142.963)	(138.056)	(116.096)
Despesas com IPTU	(46.336)	(2.003)	(45.828)
Outras	(13.162)	(3.998)	(1.843)
Total	(806.557)	(718.884)	(756.700)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias**Ativos contingentes**

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

Provisões e passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

(a) Risco Provável:

Descrição	31/12/2014	1º trimestre de 2015					31/03/2015	31/03/2014
		Novas provisões	Atualização Monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento		
Fiscais (Nota 18 (b))	163.964	5.503	2.203	7.017	(8.836)	(422)	169.429	197.171
INSS	19.668	4.329	423	48	-	-	24.468	19.596
ISS	102.480	724	1.204	6.624	(5.347)	(408)	105.277	128.522
Outros	41.816	450	576	345	(3.489)	(14)	39.684	49.053
Cíveis (Nota 18 (e))	2.575.029	72.773	53.706	191.857	(92.524)	(7.540)	2.793.301	2.682.927
Perdas e danos	832.693	60.973	21.660	16.723	(26.983)	(7.238)	897.828	889.332
Poupança	882.507	11.180	3.337	169.284	(52.214)	(302)	1.013.792	709.614
Loterias	15.474	18	492	10	(1.056)	-	14.938	10.895
Crédito imobiliário	108.033	-	3.684	-	(2.484)	-	109.233	156.811
Contingenciamento do FGTS	736.322	602	24.533	5.840	(9.787)	-	757.510	916.275
Trabalhistas (Nota 18 (e))	2.836.810	149.060	57.356	145.352	(126.735)	(7.118)	3.054.725	3.080.401
Outras (Nota 18 (e))	-	-	-	-	-	-	-	65.111
Total	5.575.803	227.336	113.265	344.226	(228.095)	(15.080)	6.017.455	6.025.610

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Ações fiscais

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade ínsita a cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se, neste tomo, as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, APIP e licença prêmio, cujos valores, repositonados para 31 de Março de 2015, correspondem ao total de R\$ 1.469.630 (31/12/2014 – R\$ 1.467.472; 31/03/2014 – R\$ 1.439.515), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 24.468 (31/12/2014 – 19.668; 31/03/2014 - R\$ 19.596).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados. Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo cujo valor total, em 31 de Março de 2015, corresponde ao montante de R\$ 568.064 (31/12/2014 – 556.402; 31/03/2014 - R\$ 548.788). Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se no valor da provisão ora constituída de R\$ 105.276 (31/12/2014 – 102.480; 31/03/2014 - R\$ 128.522).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais a materialidade do débito de CSSL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologados no valor de R\$ 7.147 (31/12/2014 – 7.054; 31/03/2014 - R\$ 6.571), em referência a questões procedimentais sobre compensação de créditos efetivamente constituídos em DCTF, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(ii) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros. Em 31 de Março de 2015 constavam 59.364 processos trabalhistas provisionados, sendo aproximadamente 56.606 “não relevantes” e 2.758 “relevantes”.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(iii) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31 de Março de 2015 constavam 310.553 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 309.430 “não relevantes” e 1.123 “relevantes”.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança. A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31 de Março de 2015 foi provisionado R\$ 1.013.790 para estes processos. Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado em 31 de Março de 2015 para estes processos foi de R\$ 757.510.

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Visando reduzir o litígio judicial em 2014, a CAIXA realizou 19.496 acordos processuais, diminuindo, conseqüentemente, os valores que seriam integralmente despendidos se persistisse a condenação judicial, além de oportunizar ao cliente uma rápida solução para o problema enfrentado. Além disto, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b) Risco possível

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

Descrição	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Demandas fiscais	5.561.961	5.512.106	4.856.844
Demandas cíveis	1.362.927	1.318.151	1.157.096
Total	6.924.888	6.830.257	6.013.940

(i) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como pólo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 5.561.961, em 31 de março de 2015 (31/12/2014 R\$ 5.512.106; 31/03/2014 - R\$ 4.856.844), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

- O montante de R\$ 77.719 (31/12/2014 – R\$ 76.303; 31/03/2014 – R\$ 66.017), refere-se a uma execução fiscal na qual o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação alega o não recolhimento, na época própria, da contribuição de natureza tributária, conforme apurado em notificação fiscal de lançamento de débito;
- Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.511.597, em 31 de março de 2015 (31/12/2014 – R\$ 4.491.551; 31/03/2014 - R\$ 4.395.301), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;
- Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 200.902, em 31 de março de 2015 (31/12/2014 – R\$ 199.801), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;
- CSLL, no valor de R\$ 148.840, em 31 de março de 2015 (31/12/2014 – R\$ 147.465; 31/03/2014 – R\$ 138.338, relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e
- Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R\$ 221.523 (31/12/2014 – R\$ 218.672; 31/03/2014 – R\$ 123.331), em 31 de Março de 2015, sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Ações cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remota.

O montante de R\$ 1.362.927 (31/12/2014 - R\$ 1.318.151; 31/03/2014 – 1.157.096) classificado como probabilidade de perda possível, refere-se a uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH

(c) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Descrição	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Demandas fiscais	9.407.172	9.317.717	8.833.711
Demandas cíveis	714.907	738.601	639.231
Demandas trabalhistas	2.592.536	2.569.258	2.221.791
Total	12.714.615	12.625.576	11.694.733

Nota 31 – Partes relacionadas
(a) Entidade Controladora

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

(b) Partes Relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias, abaixo é apresentada a natureza do relacionamento da CAIXA com essas entidades:

Partes Relacionadas	
Entidade	Relacionamento
Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Controladora Direta
CAIXA Participações S.A. – CAIXAPAR (1)	Controlada Direta
CAIXA Seguros Holding S.A. (2)	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Banco PAN S.A.	
Capgemini S.A.	
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	Plano de Benefícios Pós-Emprego

(1) Transações realizadas com essa subsidiária integral são evidenciadas, por meio das eliminações, quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias consolidadas da CAIXA, tendo em vista tratar-se da única entidade objeto de consolidação integral.

(2) Constituída com o objetivo de controlar as empresas do Grupo CAIXA Seguros é composta pelas entidades CAIXA Seguros Participações Societárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Administradora de Consórcios S.A., CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda. e Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A..

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

Com relação às transações realizadas com o Tesouro Nacional e entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, por essa parte, a CAIXA optou pela isenção parcial a que se refere o item 26 do Pronunciamento Técnico CPC 05, apresentando os saldos das transações mais significativas. Basicamente, essas transações referem-se a concessão de empréstimos e financiamentos, prestação de serviços bancários de pagamento e/ou arrecadação e manutenção de contas de depósitos.

A CAIXA, além disso, mantém transações diversas com a CAIXA Seguros Holding, incluindo suas investidas, mencionadas no rodapé do quadro (b) – Partes Relacionadas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento. Com relação às transações realizadas com o Banco PAN, destaca-se, dentre outras, a manutenção de acordo operacional que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicações em depósitos interfinanceiros. Com a Capgemini, a Caixa mantém contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação, voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio. A CAIXA mantém contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da FUNCEF.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	31/03/2015			31/12/2014			31/03/2014		
	Controladora	Controladas em Conjunto	Outras Entidades	Controladora	Controladas em Conjunto	Outras Entidades	Controladora	Controladas em Conjunto	Outras Entidades
ATIVO:	5.232.222	17.437.112	-	4.769.619	16.127.456	-	2.492.317	12.562.103	-
Aplicações em dep. interfinanceiros:	-	6.075.007	-	-	5.854.505	-	-	5.046.625	-
Banco PAN	-	6.075.007	-	-	5.854.505	-	-	5.046.625	-
Rendas a receber:	3.543.357	596	-	3.115.340	28.108	-	-	428	-
STN – Tesouro Nacional	3.543.357	-	-	3.115.340	-	-	-	-	-
Caixa Seguros Holding S.A.	-	596	-	-	28.108	-	-	428	-
Operações de Crédito:	918.052	-	-	902.094	-	-	2.492.317	-	-
STN – Tesouro Nacional	918.052	-	-	902.094	-	-	2.492.317	-	-
Créditos adquiridos:	-	11.361.509	-	-	10.244.843	-	-	7.515.050	-
Banco PAN	-	11.361.509	-	-	10.244.843	-	-	7.515.050	-
Outros Créditos:	770.813	-	-	752.185	-	-	-	-	-
STN – Tesouro Nacional	770.813	-	-	752.185	-	-	-	-	-
PASSIVO:	340.089	91.466	1.331	224.674	75.525	1.562	239.257	43.354	1.075
Depósitos:	296.360	29.250	1.331	181.221	10.951	1.562	202.284	16.411	1.075
STN – Tesouro Nacional	296.360	-	-	181.221	-	-	202.284	-	-
Caixa Seguros Holding S.A.	-	29.250	-	-	10.951	-	-	16.411	-
FUNCEF	-	-	1.331	-	-	1.562	-	-	1.075
Repasses do país - instituições oficiais	2.553	-	-	2.879	-	-	(976)	-	-
STN - Tesouro Nacional	2.553	-	-	2.879	-	-	(976)	-	-
Obrigações diversas:	41.176	62.216	-	40.574	64.574	-	37.949	26.943	-
STN – Tesouro Nacional	41.176	-	-	40.574	-	-	37.949	-	-
Capgemini S.A.	-	62.216	-	-	64.574	-	-	26.943	-

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos que compõem o resultado decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	2015 1º Trimestre			2014 4º Trimestre			2014 1º Trimestre		
	Controladora	Controladas em Conjunto	Outras Entidades	Controladora	Controladas em Conjunto	Outras Entidades	Controladora	Controladas em Conjunto	Outras Entidades
RECEITAS:	66.610	321.790	-	285.026	312.371	-	40.354	288.945	-
Rendas de dep. interfinanceiros:	-	173.210	-	-	162.244	-	-	139.210	-
Banco PAN	-	173.210	-	-	162.244	-	-	139.210	-
Rendas de prestação de serviços:	47.982	148.580	-	18.421	150.127	-	5.035	149.735	-
STN – Tesouro Nacional	47.982	-	-	18.421	-	-	5.035	-	-
Caixa Seguros Holding S.A.	-	148.580	-	-	150.127	-	-	149.735	-
Outras receitas operacionais:	18.628	-	-	266.605	-	-	35.319	-	-
STN – Tesouro Nacional	18.628	-	-	266.605	-	-	35.319	-	-
DESPESAS:	(666)	(53.668)	(16.130)	(1.040)	(221.654)	(16.054)	(1.178)	(46.770)	(14.490)
Despesas administrativas – aluguéis:	-	-	(16.130)	-	-	(16.054)	-	-	(14.490)
FUNCEF	-	-	(16.130)	-	-	(16.054)	-	-	(14.490)
Outras despesas operacionais:	(666)	(53.668)	-	(1.040)	(221.654)	-	(1.178)	(46.770)	-
STN – Tesouro Nacional	(666)	-	-	(1.040)	-	-	(1.178)	-	-
Caixa Seguros Holding S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capgemini S.A.	-	(53.668)	-	-	(221.654)	-	-	(46.770)	-

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2015	2014	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Benefícios de curto prazo	7.288	7.639	7.283
Proventos	5.346	5.662	5.275
Encargos sociais	1.942	1.977	2.008

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Nota 32 – Benefícios a empregados**(a) Composição da provisão para benefícios a empregados**

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego. As provisões de curto prazo são direcionadas a liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde e auxílio/cesta alimentação sob responsabilidade da Caixa.

Provisão para benefícios a empregados			
Descrição	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Benefícios de curto prazo	2.873.765	2.789.963	2.570.327
Natureza salarial	2.686.644	2.315.831	2.332.081
Participação dos empregados no lucro	187.121	474.132	238.246
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	12.057.663	11.665.078	7.452.098
Saúde CAIXA (cálculo atuarial ¹ (c.1))	9.653.231	9.346.949	6.435.387
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial ¹ (c.2))	865.562	861.147	751.134
PREVHAB (cálculo atuarial ¹ (c.3))	-	-	43.221
Planos de benefícios – previdência privada (cálculo atuarial ¹ (c.4))	1.538.870	1.456.982	222.356
Total	14.931.428	14.455.041	10.022.425

(1) 31/12/2014 - Cálculos atuariais apresentados neste período foram desenvolvidos pela Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.

(2) 31/12/2013 - Cálculos atuariais apresentados neste período foram desenvolvidos pela Gama Consultores Associados.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias.

(c) Benefícios pós-emprego:

A caixa é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH). A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um desses planos:

(c.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

O Saúde CAIXA é um programa instituído e administrado pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional.

Benefício concedido aos titulares optantes, empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, a PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS e respectivos dependentes inscritos. O custeio do plano, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de participação de 3,5% sobre a despesa com pessoal, incluindo encargos sociais. O beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas, foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço. Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 9.653.231 (31/12/2014 – R\$ 9.346.949 - 31/03/2014 - R\$ 6.435.387).

O PAMS é custeado com recursos da CAIXA, anualmente correspondente a 3,5% do valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas. É um formato financeiro em extinção e sua vigência se vincula às liminares judiciais pendentes de julgamento e ações judiciais.

(c.2) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação

Os benefícios do Auxílio-Alimentação e Cesta-alimentação fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2014 a agosto de 2015 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 509,96 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2014 a agosto de 2015 é de R\$ 397,36 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R\$ 865.562 (31/12/2014 – R\$ 861.147 - 31/03/2014 – R\$ 751.134).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.3) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

Por força do Decreto nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, o Banco Nacional de Habitação – BNH foi extinto e a Caixa passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes das relações de trabalho dos empregados do referido banco.

Desta forma, a CAIXA administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH. Portanto, os valores dos benefícios pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.

(c.4) Plano de previdência – Previdência complementar**• REG/REPLAN**

O plano, estruturado na modalidade de Benefício Definido, agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano (INPC/IBGE), com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de Benefícios oferecido pelo patrocinador.

O plano de benefícios REG/REPLAN, assegura aos seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate. Para os participantes e assistidos que optaram pelo saldamento são previstos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual e pecúlio por morte.

• REB

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2%. Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo Plano é na modalidade de Contribuição Definida – CD é registrada a parte correspondente à CD, do Total das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

Com a criação deste Plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 4 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

O plano de benefícios REB, assegura aos seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual, pecúlio por morte, renda antecipada, portabilidade, resgate e outros.

• Novo Plano

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 1º de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento). O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do Total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O plano de benefícios Novo Plano assegura aos participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual, pecúlio por morte, portabilidade, resgate e outros.

Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego:

Quantidade de participantes dos planos						
Descrição	2014			2013		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde Caixa (Incluindo Dependentes)	98.190	49.789	147.979	95.243	49.015	144.258
Auxílio e cesta alimentação (Aposentados e Pensionistas)	-	14.421	14.421	-	12.279	12.279
EX-PREHVAB (Aposentados e Pensionistas)	-	67	67	-	68	68
REG/REPLAN	28.532	34.913	63.445	28.872	34.775	63.647
REB	7.562	655	8.217	11.088	635	11.723
Novo Plano	88.465	3.856	92.321	83.359	3.634	86.993

(e) Avaliação atuarial dos planos de benefício

Em 2014, a empresa Deloitte Touche Tohmatsu foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela Caixa. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta Alimentação, EX-PREHVAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio Alimentação, Cesta-Alimentação e aos assistidos EX-PREHVAB.

(e.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em Outros Resultados Abrangentes.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição definida, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios devem ser definidas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados. Abaixo são apresentadas as principais premissas adotadas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios patrocinados pela Caixa:

Principais premissas adotadas - financeiras e demográficas												
Descrição	Saúde CAIXA (3)		Auxílio e Cesta Alimentação		EX-PREVIHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Taxa de juros de desconto atuarial anual (1)	12,80	12,02	12,80	12,02	12,77	12,02	12,80	12,02	12,79	12,02	12,80	12,02
Projeção de aumento anual dos salários	-	-	-	-	-	-	8,71	8,74	10,99	8,74	8,92	8,74
Projeção de aumento anual dos benefícios	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9
Taxa de inflação média anual	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9
Expectativa de retorno dos ativos do plano	-	-	-	-	12,77	12,02	12,80	12,02	12,79	12,02	12,80	12,02
Taxa de rotatividade (2)	Experiência FUNCEF	3,02	-	-	-	-	Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF	
Tábua de mortalidade ²	RP 2000 (-20%)	AT 2000 M e AT 2000 F	RP 2000 (-20%)	AT 2000 M e AT 2000 F	RP 2000 (-20%)	AT 2000 M e AT 2000 F	RP 2000 (-20%)	AT 2000 M e AT 2000 F	RP 2000 (-20%)	AT 2000 M e AT 2000 F	RP 2000 (-20%)	AT 2000 M e AT 2000 F

- (1) O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera, além da inflação levantada para o período (6,19%), a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.
- (2) As alterações de premissas financeiras e demográficas verificadas, consoante o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 33, justificam-se pela necessidade de que sejam consideradas as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego.
- (3) Dentre as principais premissas atuárias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,00% para 2015, 4,50% para 2016, 4,00% para 2017, 3,50% para 2018, 3,00% para 2019, 2,50% para 2020, 2,00% para 2021, 1,50% para 2022 e 1,00% a partir de 2023 inclusive.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.3) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial dos planos:

O valor presente da obrigação atuarial representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial												
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
VPOA ¹ no início do exercício	(6.211.755)	(6.317.036)	(751.678)	(844.804)	(45.520)	(47.121)	(40.287.215)	(44.902.581)	(501.705)	(596.455)	(491.780)	(487.761)
Custo do serviço corrente	(400.434)	(352.180)	-	-	-	-	(3.648)	(30.577)	(1.303)	(2.186)	(37.648)	(44.032)
Custo de juros	(728.632)	(611.146)	(84.876)	(75.413)	(5.239)	(4.488)	(4.725.790)	(4.358.610)	(59.913)	(58.801)	(58.521)	(47.873)
Contribuições esperadas de participantes	-	-	-	-	-	-	(17.694)	-	(371)	-	(4.483)	-
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:												
Ajuste de experiência	(796.063)	-	(143.399)	-	(5.974)	(4.820)	(715.647)	(1.150.943)	304.633	25.011	(12.588)	(86.834)
Alterações premissas biométricas	(1.793.362)	(857.351)	(3.903)	(39.953)	174	-	(465.883)	161	(18.928)	(22.482)	(60.015)	(323)
Alterações premissas financeiras	296.766	1.641.837	30.321	122.340	2.744	7.255	2.464.947	8.314.934	16.458	147.001	73.704	165.684
Benefícios pagos pelo plano	286.531	284.121	92.388	86.152	3.871	3.655	1.948.985	1.840.401	6.573	6.207	9.912	9.360
VPOA¹ no final do exercício	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.147)	(751.678)	(49.944)	(45.519)	(41.801.945)	(40.287.215)	(254.556)	(501.705)	(581.419)	(491.779)

 VPOA¹ - Valor Presente da Obrigação Atuarial

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.4) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos dos planos:

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela Caixa. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do valor justo dos ativos dos planos:

Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos												
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVIHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
VJAP ¹ no início do exercício	-	-	-	-	45.520	42.019	41.054.967	45.650.669	299.895	426.035	271.445	285.803
Receitas de juros	-	-	-	-	5.239	3.982	4.820.209	4.434.400	35.702	41.947	32.574	28.278
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	-	-	-	-	3.056	3.173	(4.775.300)	(7.223.118)	(65.609)	(162.582)	(22.711)	(41.742)
Contribuições do empregador	-	-	-	-	-	-	21.303	16.708	17	351	3.635	4.233
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	-	-	-	17.694	16.708	371	351	4.483	4.233
Benefícios pagos pelo plano	-	-	-	-	(3.871)	(3.655)	(1.948.985)	(1.840.401)	(6.573)	(6.207)	(9.912)	(9.360)
VJAP¹ no final do exercício	-	-	-	-	49.944	45.519	39.189.888	41.054.966	263.803	299.895	279.514	271.445

 VJAP¹ - Valor Justo dos ativos do plano

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.5) Valor líquido do ativo/passivo dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial:

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados a valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente a obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo).

Valor líquido do ativo/(passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial												
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
VPOA ¹ no final do período	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.147)	(751.678)	(49.944)	(45.519)	(41.801.945)	(40.287.215)	(254.556)	(501.705)	(581.419)	(491.779)
VJAP ² no final do período	-	-	-	-	49.944	45.519	39.189.888	41.054.966	263.803	299.895	279.514	271.445
Superávit/(déficit) do plano	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.147)	(751.678)	-	-	(2.612.057)	767.751	9.247	(100.905)	(301.905)	(110.167)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial ³	-	-	-	-	-	-	1.306.028	-	-	100.905	150.952	110.167
Efeito do teto do Ativo ⁴	-	-	-	-	-	-	-	(767.751)	(9.247)	-	-	-
Ativo/(passivo) líquido	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.147)	(751.678)	-	-	(1.306.029)	-	-	(100.905)	(150.953)	(110.167)

VPOA¹ - Valor Presente da obrigação atuarial / VJAP² - Valor Justo dos ativos do plano

(3) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela Banco.

(4) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pelo Banco.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.6) Movimentação do (passivo) ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial												
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(6.211.755)	(6.317.036)	(751.678)	(844.804)	-	(5.102)	-	-	(100.905)	(85.210)	(110.167)	(100.979)
Contribuições da empresa	-	-	-	-	-	-	21.303	16.708	17	351	3.635	4.233
Benefícios pagos diretamente pela empresa	286.531	284.121	92.388	86.153	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(1.129.065)	(963.326)	(84.876)	(75.413)	-	(505)	(3.648)	(15.288)	(13.408)	(10.613)	(50.622)	(24.022)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(2.292.660)	784.486	(116.981)	82.386	-	5.607	(1.323.684)	(1.420)	114.296	(5.433)	6.201	10.601
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.147)	(751.678)	-	-	(1.306.029)	-	-	(100.905)	(150.953)	(110.167)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.7) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para exercício 2015:

(Despesa) / Receita esperadas – exercício 2015 – CPC 33 (R1)					
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e Cesta Alimentação	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Custo do serviço corrente líquido	(324.421)	-	(148.509)	(2.434)	(18.199)
Custo de juros líquidos	(1.176.939)	(115.421)	(165.714)	-	(19.197)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	(1.501.360)	(115.421)	(314.223)	(2.434)	(37.396)
Administração do plano	-	-	-	-	-
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	(1.501.360)	(115.421)	(314.223)	(2.434)	(37.396)

Pagamentos esperados – exercício 2015 – CPC 33 (R1)					
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e Cesta Alimentação	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Normais / Contribuições de Risco (REB) / Benefícios (Saúde CAIXA)	297.370	81.763	22.622	18	3.860
Extraordinários	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-
Total dos pagamentos esperados para o plano	297.370	81.763	22.622	18	3.860

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.8) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR		Posição de 31/12/2013
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	0,25%	-0,25%	1,00%	1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(1.137.524)	(1.216.680)	(1.157.980)	(1.196.800)	N/A	N/A	(1.374.507)	(1.018.301)	(1.176.940)
Valor presente das obrigações	(9.038.904)	(9.657.543)	(9.025.337)	(9.688.565)	N/A	N/A	(10.891.021)	(8.107.124)	(9.346.949)
Auxílio e Cesta Alimentação									
Custo dos juros	(112.970)	(117.843)	(113.454)	(117.463)	N/A	N/A	N/A	N/A	(115.421)
Valor presente das obrigações	(841.986)	(880.072)	(845.775)	(887.104)	N/A	N/A	N/A	N/A	(861.147)
EX-PREVHAB									
Custo dos juros	(5.994)	(6.220)	(6.084)	(6.082)	N/A	N/A	N/A	N/A	(6.083)
Valor presente das obrigações	(48.858)	(51.011)	(49.028)	(50.887)	N/A	N/A	N/A	N/A	(49.944)
REG/REPLAN									
Custo dos serviços	(135.157)	(149.817)	(142.830)	(154.449)	N/A	N/A	N/A	N/A	(148.509)
Custo dos juros	(4.958.412)	(5.238.125)	(5.145.032)	(5.202.394)	N/A	N/A	N/A	N/A	(165.714)
Valor presente das obrigações	(40.120.702)	(42.304.217)	(40.806.998)	(42.835.229)	N/A	N/A	N/A	N/A	(41.801.945)
REB									
Custo dos serviços	(2.728)	(2.170)	(2.270)	(2.610)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.434)
Custo dos juros	(31.469)	(31.272)	(24.019)	(31.626)	N/A	N/A	N/A	N/A	(32.526)
Valor presente das obrigações	(255.573)	(253.985)	(190.829)	(261.710)	N/A	N/A	N/A	N/A	(254.556)
NOVO PLANO									
Custo dos serviços	(20.078)	(16.508)	(17.117)	(19.360)	N/A	N/A	N/A	N/A	(18.199)
Custo dos juros	(75.999)	(69.590)	(72.776)	(75.533)	N/A	N/A	N/A	N/A	(72.631)
Valor presente das obrigações	(607.996)	(557.368)	(559.920)	(604.128)	N/A	N/A	N/A	N/A	(581.419)

HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputação, atuarial e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos e de capital é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA, governança corporativa.

Gestão de Capital

A estrutura de gestão de capital, o processo de gerenciamento de capital e o processo interno de avaliação da adequação de capital (Icaap) encontram-se implementados na CAIXA em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11, com a Circular BACEN nº 3.547/11.

A CAIXA adota melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento de capital, em acordo aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e recomendações do Comitê de Basileia e órgãos reguladores.

A gestão de capital tem como um de seus objetivos garantir a manutenção de capital suficiente para a execução de suas estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza de suas operações, a complexidade de produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

Desta forma, a gestão de capital é realizada por meio de:

- Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição;
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração; e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap).

Através desse gerenciamento a CAIXA controla e avalia a necessidade de capital para fazer frente aos riscos, avalia potenciais impactos, planeja metas através dos objetivos estratégicos e em observação às diretrizes do Conselho de Administração e busca a adoção prospectiva com aplicação de cenários de normalidade e estresse para verificar e planejar a composição e o seu consumo de capital.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar:

Cálculo da exigência de capital regulamentar			
Descrição	31/03/2015 (1)	31/12/2014	31/03/2014
Patrimônio de Referência – PR	77.695.820	79.402.212	66.831.306
Nível I	58.093.653	59.237.192	55.006.591
Capital principal – CP	58.093.653	59.237.192	32.560.194
Patrimônio líquido	26.470.512	26.222.765	26.686.870
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	35.867.958	35.867.958	8.000.000
Ajustes prudenciais	(4.244.817)	(2.853.531)	(2.126.676)
Capital complementar – CC	-	-	22.446.397
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	-	22.446.397
Nível II	19.602.167	20.165.020	11.824.715
Instrumentos de dívida subordinada	18.532.690	18.554.433	11.824.715
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 20%)	(840.273)	-	-
Notas subordinadas	1.651.923	1.370.226	-
Letras financeiras	261.631	244.051	-
Letras financeiras (dedução 20%)	(3.804)	-3.690	-
Ativos ponderados pelo risco – RWA	532.995.219	493.956.341	487.244.419
Risco de crédito - RWA_{CPAD}	496.431.889	470.702.401	464.921.403
Risco de mercado – carteira de negociação - RWA_{MPAD}	2.970.090	2.986.701	1.946.975
Taxa de juros – RWA_{JUR}	1.740.350	1.985.813	1.573.562
Commodities – RWA_{COM}	-	-	-
Ações – RWA_{ACS}	-	-	-
Câmbio – RWA_{CAM}	1.229.740	1.000.888	373.413
Risco operacional - RWA_{OPAD}	33.593.240	20.267.239	20.376.041
Patrimônio de referência mínimo requerido ($RWA^{*0,11}$) - PRMR	58.629.474	54.335.198	53.596.886
Risco de mercado – carteira de não negociação - R_{BAN}	7.978.523	6.561.083	3.933.975
Margem de capital ($PR - PRMR - R_{BAN}$)	11.087.823	18.505.932	9.300.445
Índice de capital principal (CP / RWA)	10,90%	11,99%	6,68%
Índice de capital nível I ($Nível I / RWA$)	10,90%	11,99%	11,29%
Índice de Basileia (PR / RWA)	14,58%	16,07%	13,72%

(1) Conforme as Resoluções CMN nºs 4.192 e 4.193/13, a partir de Janeiro de 2015 o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital passaram a considerar o Conglomerado Prudencial.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e acompanhamento do risco de crédito ocorre por meio da identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, dentre outros. Permitindo, dessa forma, a proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

As exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de Credit Scoring – CS ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira sofrem reavaliação periódica, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de Behavior Scoring – BS nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de rating nas demais

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação, para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração, como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito. Essas revisões periódicas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no acompanhamento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam assegurar menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – Exponentially Weighted Moving Average, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos.

Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA.

São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade ⁽¹⁾			
Fatores de Risco	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
PRE	18.874	8.546	11.023
Cupom IPCA	325	270	8
Cupom SELIC	(11)	-	-
Cupom TR	1	-	1
VaR com ED	19.189	8.816	11.032

(1) Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II - disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência - PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A estimação do PR compatível com o risco de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros é realizada por meio da metodologia EVE – Economic Value of Equity, em consonância com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.365/07 e os princípios do Acordo de Basiléia. O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento dos limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos Financeiros – Valor de mercado

Descrição	Valor Contábil			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber		
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – ATIVOS									
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.802.935	6.533.817	7.764.180	6.803.094	6.533.766	7.763.920	159	(51)	(260)
Aplicações em operações compromissadas	98.777.607	113.973.136	74.083.186	98.777.607	113.952.540	74.082.582	-	(20.596)	(604)
Títulos e valores mobiliários e instr. financeiros	170.207.727	166.025.859	150.538.648	169.416.083	166.039.625	149.469.331	(791.644)	13.766	(1.069.317)
Títulos para negociação	104.214.042	101.697.936	88.241.806	104.214.042	101.697.936	88.241.806	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	15.863.938	15.039.809	16.287.780	15.863.938	15.039.809	16.287.780	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	50.129.747	49.288.114	46.009.062	49.338.103	49.301.880	44.939.745	(791.644)	13.766	(1.069.317)
Operações de crédito, arrendam. mercantil e outros créditos	614.009.876	594.754.777	513.025.309	588.065.255	556.953.867	499.622.932	(25.944.621)	(37.800.910)	(13.402.377)
Comercial	192.626.619	190.519.837	180.885.278	208.123.304	197.257.226	193.189.598	15.496.685	6.737.389	12.304.320
Habitação	354.228.843	339.838.641	284.306.671	324.238.871	311.713.400	267.659.861	(29.989.972)	(28.125.241)	(16.646.810)
Infraestrutura/desenvolvimento	59.904.912	56.481.914	39.545.139	48.453.578	40.068.856	30.485.252	(11.451.334)	(16.413.058)	(9.059.887)
Outros créditos	7.249.502	7.914.385	8.288.221	7.249.502	7.914.385	8.288.221	-	-	-
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – PASSIVOS									
Captações de recursos	247.115.619	227.640.742	172.529.671	246.208.754	226.931.157	176.693.221	(906.865)	(709.585)	4.163.550
CDB/RDB	93.527.028	89.891.665	75.766.411	93.792.503	90.118.460	75.856.756	265.475	226.795	90.345
LCI LH	140.414.913	126.971.227	90.517.920	138.584.525	125.510.353	94.127.573	(1.830.388)	(1.460.874)	3.609.653
Obrigações por TVM no exterior	13.173.678	10.777.850	6.245.340	13.831.726	11.302.344	6.708.892	658.048	524.494	463.552
Captação em operações compromissadas	161.681.989	172.769.884	136.886.164	162.534.289	172.755.223	137.815.889	852.300	(14.661)	929.725
Obrigações por empréstimos e repasses e outras	188.813.723	180.008.939	147.356.748	135.240.664	130.600.029	109.092.743	(53.573.059)	(49.408.910)	(38.264.005)
Exterior	9.344.936	5.450.039	3.085.359	9.266.883	5.353.897	3.079.261	(78.053)	(96.142)	(6.098)
Tesouro	41.176	40.574	37.948	42.830	41.910	39.236	1.654	1.336	1.288
FGTS (1)	149.255.332	145.033.444	138.432.528	108.699.660	108.353.417	98.231.411	(40.555.672)	(36.680.027)	(40.201.117)
BNDES	29.102.196	28.239.713	4.671.137	16.382.926	15.799.197	6.734.729	(12.719.270)	(12.440.516)	2.063.592
Depósitos não remunerados	1.070.083	1.245.169	1.129.776	848.365	1.051.608	1.008.106	(221.718)	(193.561)	(121.670)
Instrumento híbrido de capital e dívida	20.451.374	20.177.205	40.947.750	14.991.400	14.869.513	35.881.065	(5.459.974)	(5.307.692)	(5.066.685)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Determinação de valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

- a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.
- b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do *spread* entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

- Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;
- Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 31/03/2015 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(235.813)	(5.641.420)	(10.767.162)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(16.147)	(388.591)	(745.946)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(932.692)	(21.183.048)	(38.622.091)
Varição cambial	Queda nas taxas de câmbio	(2.350)	(59.704)	(121.456)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como:

I - A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação de situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrente das atividades desenvolvidas pela CAIXA.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar, monitorar, controlar e reportar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional. Na CAIXA esta gestão está embasada em uma estrutura composta por três premissas básicas:

- Ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional, formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo segregado de auditoria;
- Processo de gerenciamento de Risco Operacional, composto pelas etapas de Identificação, Avaliação, Controle/Mitigação, Monitoramento e Reporte. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos; e
- Divulgação de informações de Risco Operacional, definida segundo o objetivo e público alvo.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado. As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

Em atenção aos critérios contidos na Circular BACEN nº 3640/2013, foi desenvolvida uma ferramenta para realizar cálculo integrando as três abordagens previstas:

- Abordagem do Indicador Básico – BIA;
- Abordagem Padronizada Alternativa – ASA; e
- Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada - ASA2.

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA, metodologia adotada na CAIXA, segue os procedimentos definidos na Circular BACEN acima, para efetivar o cálculo da parcela dos ativos ponderados, relativa ao cálculo do capital requerido para o Risco Operacional.

Modelos Internos

As abordagens avançadas de alocação de capital para risco operacional envolvem o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e controle e, como resultado, espera-se reduzir o impacto decorrente de fraudes (internas e/ou externas), falhas de procedimentos operacionais, falha na gestão de contratos trabalhista, entre outros, para mitigar a exposição ao risco operacional. O modelo interno, conhecido por esta terminologia por necessitar de várias informações da própria instituição, requer maior número de variáveis a serem agregadas ao cálculo da parcela relativa ao risco operacional, dos ativos ponderados pelo risco, resultando em um valor mais preciso de capital regulamentar a ser alocado.

O modelo requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Dados internos de perdas operacionais – a base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Dados externos de perdas operacionais – a base de dados externos auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos - Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta a riscos operacionais e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários - Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão e direcionar a elaboração de ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

Para o controle operacional de produtos e serviços é utilizada ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

Visando a redução de riscos e a melhoria de controles, são elaboradas ações de mitigação do risco operacional, que representam medidas preventivas, corretivas ou de aprimoramento da gestão, e para se obter um melhor monitoramento, essas ações são registradas em sistema corporativo.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte do gerenciamento de risco operacional e sua atuação se dá por meio do Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

Gestão da Segurança da Informação

A gestão de Segurança da Informação é um elemento importante na estrutura da CAIXA, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da instituição.

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é um componente da Gestão de Continuidade dos Negócios, que busca gerenciar de forma efetiva eventos de impacto significativo que abalem um ou mais pilares: pessoas, negócios, infraestrutura, informações, TI e fornecedores. Esta gestão envolve ações de preparação, identificação, resposta, resolução e, ao final, a observação das lições aprendidas, o chamado pós- crise.

NA CAIXA, o gerenciamento de crise está estruturado num modelo que contempla premissas, responsabilidades e formas de atuação, estas, sempre coordenadas por um Grupo de Gestão.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade do gerenciamento dessa categoria de risco na instituição.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Estão disponíveis na Universidade CAIXA dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, existem manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 34 – Outras informações**(a) Convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS**

Visando à convergência das Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BrGaap) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o Conselho Monetário Nacional aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- Resolução CMN nº 3.566/2008: **CPC 01** Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- Resolução CMN nº 3.604/2008: **CPC 03** Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Resolução CMN nº 3.750/2009: **CPC 05** Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- Resolução CMN nº 3.823/2009: **CPC 25** Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- Resolução CMN nº 3.973/2011: **CPC 24** Evento Subsequente; e
- Resolução CMN nº 3.989/2011: **CPC 10** Pagamento Baseado em Ações;
- Resolução CMN nº 4.007/2011: **CPC 23** Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retific. de Erro;
- Resolução CMN nº 4.144/2012: **CPC 00** Pronunciamento Conceitual Básico;

Os pronunciamentos CPC 00, CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 23, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que não divergem das normas emitidas pelo órgão regulador.

(b) Patrimônios Líquidos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA:

PL de Fundos/Programas Sociais administrados			
Descrição	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
PIS (1)	28.832.822	28.674.573	28.613.988
FGTS (1)	81.280.145	75.023.898	66.363.746
FAR (1)	33.491.061	30.779.021	19.216.043
FDS (1)	1.146.576	1.143.187	1.115.799
FAS (1)	27.929	27.987	28.097
FGS (1)	299.993	269.910	106.590
FGHAB (1)	1.878.333	1.788.550	1.369.914
CCA (1)	69.493	63.776	50.714
CCAM (1)	30	28	23
FGCN (1)	4.514.472	4.755.903	3.519.772
FCE (1)	-	4	-
Total	151.540.854	142.526.837	120.384.686
FCVS (1)	(98.476.861)	(97.974.486)	(91.813.147)

(1) Posição em fevereiro de 2015

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 69.554 (31/12/2014 - R\$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(d) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. Em consonância com o que estabelece a estrutura de gerenciamento de risco da CAIXA, não há necessidade de provisionamento para fazer frente a esse risco de crédito.

(e) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R\$ 211.587 (31/12/2014 – R\$ 186.651).

Nota 35 – Eventos subsequentes

A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) devida pelas pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e pelas instituições financeiras de 15% (quinze por cento) para 20% (vinte por cento). A medida entrará em vigor em 1º de setembro de 2015 e produzirá impactos na tributação corrente e diferida da Instituição.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Miriam Aparecida Belchior
Presidenta

Alexsandra Camelo Braga
Vice-presidente

Antônio Carlos Ferreira
Vice-presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

Jose Carlos Medaglia Filho
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Roberto Derziê de Santanna
Vice-presidente

Sérgio Pinheiro Rodrigues
Vice-presidente

Teotônio Costa Rezende
Vice-presidente interino
Portaria nº 072/2015, de 12/01/2015

Marcos Brasileiro Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Aos Administradores e Acionista da
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua única controlada Caixa Participações S.A. ("CAIXA"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Relatório dos Auditores Independentes

Ênfases

Créditos com Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS

Chamamos a atenção para a nota 7(b) às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias, que descreve que em 31 de março de 2015 a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 25.779 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 11.477 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 2.660 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 16.962 milhões, em 31 de março de 2015, segue um processo de securitização (emissão de títulos por parte da União), conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota 20 às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias, que descreve que, em 31 de março de 2015, a CAIXA possui R\$ 28.064 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, deduzidos de provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 1.614 milhões. O valor líquido de R\$ 26.450 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar da atual estimativa da administração. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 31 de março de 2015, a controlada em conjunto Banco Panamericano S.A., a qual é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 2.918 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro efetuado em dezembro de 2014, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Panamericano S.A. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Não apresentação das demonstrações contábeis individuais intermediárias da controladora

Conforme mencionado na nota explicativa 2(a), em 31 de março de 2015 a Administração da Caixa optou por deixar de apresentar as demonstrações contábeis individuais intermediárias da controladora, passando a apresentar apenas as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias da Caixa e de sua controlada. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Relatório dos Auditores Independentes

Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 2(e), em função de notícias veiculadas na mídia, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da Caixa na 11ª. fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “A Origem”, a Administração da Caixa adotou algumas ações investigativas, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus empregados e administradores relacionados a essa alegação. Algumas dessas ações ainda estão em curso, incluindo o estabelecimento de processo de investigação abrangente. Entretanto, como a operação “A Origem” ainda encontra-se em andamento, neste momento não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras da Caixa. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração consolidada intermediária do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da CAIXA, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela CAIXA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a mesma não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 02 de junho de 2015

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-SP

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-1SP172167/O-6

Renata Zanotta Calçada
Contador CRC-1RS062793/O-8